

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: “Remando contra a maré”**

**LÍVIA DISCONSI WOLITZ DE ALMEIDA**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de  
Pós - Graduação em Psicologia da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi**

Porto Alegre

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

Lívia Disconsi Wolitz de Almeida

**GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: “Remando contra a maré”**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi  
(Orientador/Presidente – PUCRS)

---

Profa. Dra. Helena Scarparo  
(PUCRS)

---

Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese  
(UNISINOS)

A toda minha família por dar sentido ao meu viver. De forma especial à minha mãe pelos inúmeros momentos em que funcionou como a rocha que me sustentou, e ao esposo com quem dividirei os momentos presentes e futuros.

A todas as mulheres batalhadoras que vão em busca de seus sonhos e comprovam que um mundo novo pode se tornar realidade.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que, embora invisível, se faz inefável e guia meus caminhos constantemente.

À minha família cuja existência se faz imprescindível para que eu tenha motivação de lançar-me a novos horizontes. Em especial à minha mãe por acreditar em mim e por nunca me deixar esmorecer mesmo frente às dificuldades. Ao meu pai, por mostrar-me que a persistência gera bons frutos. À minha vó, pelo exemplo e pelo desprendimento de si, em prol dos seus.

Ao namorado que durante esta jornada tornou-se noivo e posteriormente esposo, pelo apoio, dedicação e a cumplicidade nas ausências.

Ao grupo de pesquisa pela contribuição neste processo de tornar-me Mestre, por meio de discussões, leituras, reflexões. Em especial ao meu Mestre Pedrinho Guareschi, por suas perguntas, instigações e humildade, partilhando seu conhecimento e história de vida de igual para igual.

Aos meus colegas de trabalho, pela escuta permanente, pela compreensão, pelo incentivo.

Aos participantes desta pesquisa que generosamente aceitaram compartilhar suas histórias, abrilhantando os achados desta pesquisa.

Aos futuros leitores destes escritos que potencialmente poderão transformá-lo em ação, se concordarem com estas exposições.

À CAPES por incentivar a pesquisa científica financiando minha bolsa de Mestrado, sem a qual não seria possível concluir mais esta etapa de formação profissional e pessoal.

## RESUMO

No contexto contemporâneo de intensa exclusão social e desemprego, decorrentes da globalização e neoliberalismo, emergem alternativas em reação às injustiças e desigualdades sociais. As experiências de geração de trabalho quando se configuram em resistências ao sistema hegemônico e, quando inseridas em uma proposta de Economia Solidária, devem ser regidas por princípios associativistas e cooperativos, sendo este um desafio visível. Tais experiências foram o foco deste estudo que buscou conhecer as dificuldades e compreender fatores que possam contribuir para o êxito das mesmas, considerando iniciativas apoiadas pela esfera não-governamental bem como aquelas assessoradas pela interlocução governamental e não-governamental. Igualmente procurou-se identificar as contribuições que a Psicologia Social pode oferecer quando intervindo junto a esta realidade, permeada por inúmeras ambivalências de variadas ordens. As informações foram colhidas através de entrevistas semi-estruturadas com oito mulheres de quatro experiências de geração de trabalho e renda, bem como com cinco técnicos inseridos na assessoria destas experiências. Após a Análise de Conteúdo do material transcrito agrupou-se o mesmo em temáticas. As experiências foram caracterizadas pelas seguintes temáticas: *Bastidores da Exclusão*, *Pedras do Caminhar*, *Práticas Exitosas, mas Ambivalentes* e *Mãos Múltiplas*. Já as informações dos técnicos foram organizadas nas temáticas *Percalços do Entorno*, *Pensar e Agir Desafiados* e *Fazendo e Aprendendo*. Tais achados foram interpretados à luz da teoria discutida anteriormente na dissertação.

**Palavras Chaves:** Experiências de Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária, Políticas Públicas, Psicologia Social.

**Área:** 7.07.00.00-1 (Psicologia)

**Sub-área:** 7.07.05.00-3 (Psicologia Social)

## ABSTRACT

In the contemporary context of deep social exclusion and unemployment, derived from globalization and neo-liberalism, alternatives emerge as reaction to injustices and social inequalities. The experiences of generation of employment and income, when contradicting the actual establishment, appear as resistance to the hegemonic system and when inserted in proposals of Solidary Economy must be oriented by associative and cooperative principles. They present a clear challenge. These experiences are the focus of this study that searches to know the difficulties and understand the factors that can contribute to their materialization, comprising initiatives supported by the non-governmental sphere, as well as those supported by both governmental and non-governmental together. At the same time the study tries to identify the contributions that Social Psychology can offer when dealing with this reality permeated by an ambivalence of different orders. Data were collected through semi-structured interviews with eight women belonging to four experiences of generation of employment and income, and five advisors working in these experiences. Information was analyzed through content analysis, resulting in four thematic groups: *Back Stations of Exclusion*, *Stones in the Way*, *Successful but Ambivalent Practices* and *Multiple Hands*. Information from advisors made up the groups: *Difficulties of the Environment*, *Challenges to Thought and Action*, and *Doing and Learning*. These findings were interpreted under the light of the theory discussed earlier in the study.

**Key Words: Experiences of Employment and Income, Solidary Economy, Public Policies, Social Psychology.**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO, O CORTE INICIAL</b> .....	11
1.1 A escolha do molde: a que vim .....	11
1.2 Molde peça a peça .....	18
1.3 Do corte à costura .....	20
<b>CAPÍTULO 2: ALINHAVOS TEÓRICOS</b> .....	22
2.1 Do capitalismo selvagem à globalização excludente .....	23
2.2 O que vem a ser “A Outra Economia” .....	26
2.3 Novas relações entre as pessoas, com o trabalho, com o mundo .....	30
2.4 E o que o Estado tem a ver com isso? .....	34
<b>CAPÍTULO 3: “TÉCNICAS DE COSTURA” – A METODOLOGIA</b> .....	39
3.1 Definição da pesquisa escolhida .....	39
3.2 O processo .....	40
<b>CAPÍTULO 4: RESULTADOS DOS ENCONTROS: AGULHAS, LINHAS, VOZES E HISTÓRIAS</b> .....	44
4.1 Primeiros tecidos humanos – Experiências em foco .....	44
4.1.1 Apresentando as experiências de geração de trabalho e renda .....	45
4.1.1.1 <i>Experiências indicadas pela AVESOL</i> .....	45
4.1.1.2 <i>Experiências indicadas pelo PAIF</i> .....	48
4.1.2 Mulheres costurando sonhos .....	51
<i>Temática 1 – Bastidores da Exclusão</i> .....	54
<i>Temática 2 – Pedras do Caminhar</i> .....	58
<i>Temática 3 - Práticas Exitosas, mas Ambivalentes</i> .....	62
<i>Temática 4 – Mãos Múltiplas</i> .....	68

4.2 Próximos tecidos humanos – Técnicos em foco .....	73
4.2.1 Detalhando o acompanhamento .....	73
4.2.1.1 Acompanhamento da AVESOL .....	73
4.2.1.2 Acompanhamento da FASC/PAIF .....	76
4.2.2 Técnicos costurando idéias e ideais .....	77
<b>Temática 1 – Percalços do Entorno</b> .....	79
<b>Temática 2 – Pensar e Agir Desafiados</b> .....	82
<b>Temática 3 – Fazendo e Aprendendo</b> .....	88
<b>CAPÍTULO 5: CERZINDO PRÁTICAS, COSTURANDO IDÉIAS</b> .....	92
5.1 Mulheres Guerreiras .....	93
5.2 Exclusão Inocente? .....	96
5.3 Transposição de barreiras e formação de redes .....	102
5.4 Particularidades das assessorias .....	105
<b>CAPÍTULO 6: SERIGRAFANDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	109
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	112
<b>ANEXOS</b> .....	118
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	119
Anexo 2 – Carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS .....	120



## **LISTA DE SIGLAS**

**AVESOL** – Associação do Voluntariado e da Solidariedade

**CAJU** – Casa da Juventude Marista

**CAMP** – Centro de Assessoria Multiprofissional

**CESMAR** – Centro Marista de Solidariedade

**EES** – Empreendimento Econômico Solidário

**ES** – Economia Solidária

**FASC** – Fundação de Assistência Social e Cidadania

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social

**MOVA** – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

**NASF** – Núcleo de Apoio Sócio Familiar

**NOB** – Norma Operacional Básica

**ONGS** – Organizações Não-Governamentais

**PAIF** – Programa de Atendimento Integral à Família

**PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**UNIVENS** – Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos

**USBEE** – União Sul Brasileira de Educação e Ensino

“Gostaria de começar explicitando o que entendo por mistério. Mistério não é algo que nós não entendemos. Não. Mistério é algo do qual nós não entendemos *tudo*. Mas podemos entender parte dele, ir penetrando nele aos poucos. Sabendo, contudo, que nunca chegaremos *lá*, ao âmago da questão. Vamos arranhando o fenômeno, como o siri arranhando a praia. Vamos procurando, na reflexão e meditação, chegar mais próximos do âmago, do *mistério*”.

(Pedrinho Guareschi em **Psicologia Social e Crítica como prática para a libertação**. p. 17.

Edipucrs, Porto Alegre, 2004)

## CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO, O CORTE INICIAL

*Criar o que não existe ainda, deve ser a pretensão de todo sujeito que está vivo.*

PAULO FREIRE

A primeira etapa do processo de costurar é o corte, momento em que se define o formato, a identidade da peça.

O termo “texto”, por sua vez, vem de tecer, é o resultado de uma textura, cheia de nós, linhas, entrelaçada por fios e costuras. Aqui está uma ótima metáfora para dar o “pontapé” inicial nesta complexa produção.

Com este espírito, inspirada na história de vida das mulheres entrevistadas neste estudo, optei por atravessar os títulos dessa dissertação por terminologias relacionadas à costura, segmento de trabalho no qual se inserem as colaboradoras com estas reflexões, que me ensinaram que um mundo novo é possível.

### 1.1 A escolha do molde: a que vim

Tudo na vida tem que ter um sentido. Pelo menos comigo é assim. Se não estou motivada, não produzo, não consigo exercitar minha criatividade. O mesmo ocorre quando não sei onde quero chegar.

Talvez essa tenha sido uma das minhas maiores preocupações no Mestrado. Optar por um tema cuja relevância fosse social, potencialmente gerador de contribuições externas à

academia, mas que, essencialmente, me fornecesse respostas a questionamentos que surgiram a partir de minha prática profissional.

Sinto-me privilegiada, ao pensar que em minha trajetória profissional, sempre foi possível conciliar teoria e prática, por mais desgastante que tenha sido esse caminhar, de modo que a temática dessa dissertação emergiu justamente da base, do “chão”, de minha prática profissional como psicóloga social.

Minhas incessantes dúvidas no contexto da geração de trabalho e renda surgiram, em parte, do contato estabelecido com um grupo específico, composto por aproximadamente 30 mulheres, de uma Vila de Porto Alegre. Todas as quintas-feiras reuniam-se para produzir acolchoados, cestas em jornal, “farinha reforçada”, composto alimentar que serve para prevenir e combater a desnutrição. Se tinham algum retorno financeiro por isso? Nem sempre o suficiente. Tinham sim a certeza do recebimento de uma lata de leite por família e a motivação pelo convívio. Ainda assim intitulavam-se grupo de geração de trabalho e renda.

A mim coube, durante os anos de 2004, 2005 e parte de 2006, oferecer acompanhamento a esse grupo. De que forma? Eu não tinha a mínima idéia. De fato, ainda agora, com a pesquisa finalizada, tenho muitas perguntas “fervilhantes” quanto ao modo de acompanhar grupos de geração de trabalho e renda, se é que realmente necessitam de algum acompanhamento. Mas acho que estou no caminho, uma vez que tenho mais perguntas que respostas. Penso ser essa a tarefa de um Mestrado.

Em minha carteira profissional constava o cargo de Psicóloga Social, e só. Sem manuais, sem referências, sem direções pré-definidas. Compondo uma equipe formada por três educadores sociais e mais um colega psicólogo, tínhamos em mãos o projeto de um Programa, de autoria da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão gestor

das políticas públicas de assistência social em Porto Alegre, elaborado a partir de adaptações de um projeto mais amplo, de âmbito federal.

O Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), subsidiado por verba federal e executado em parceria governamental, representada pela FASC, e não governamental, representada pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), tem como objetivo geral: “Desenvolver ações que potencializem afirmativamente as famílias atendidas no Programa Família Apoio e Proteção desenvolvido pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, na cidade de Porto Alegre” (p.4). Em meio aos objetivos específicos constava: “Inserir as famílias na rede de atendimento da Política de Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação e Geração de Trabalho e Renda” (PAIF, FASC, 2004, p. 4).

Na implantação do Programa, visto que quando ingressei no PAIF ele estava em fase inicial de execução em Porto Alegre, complicado era compreender e pensar diante de tantas repetições e entraves institucionais. Não foram raros os momentos em que me questionei sobre como efetivamente eu poderia contribuir para que alguma mudança pudesse se perpetrar, em especial em relação ao contexto de geração de trabalho e renda.

De fato a experiência nesta realidade me remeteu, desde o princípio, diretamente ao antigo ditado popular “*Dar o peixe ou ensinar a pescar*” cuja aplicabilidade, certamente, se faz atual. Em qual desses “lados” será que as práticas da assistência social devem se inserir? E de que forma? O que empiricamente eu verificava é que parecia que a autonomia e a autogestão dos indivíduos inseridos no PAIF e demais programas não se constituíam em focos de intervenções, mas de que maneira poderia ser diferente?

A prática revelava que quando se trata de comunidades carentes, acometidas por diversas vulnerabilidades sociais, percebe-se a existência de inúmeros programas públicos que efetuam repasse financeiro. Com particularidades específicas, em termos de critério de

ingresso e intervenções perpetradas, Bolsa Família, NASF (Núcleo de Apoio Sócio Familiar) e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) são exemplos de programas existentes em Porto Alegre, executados a partir da articulação dos âmbitos municipal, estadual e federal.

Abro “parênteses” para sinalizar que, ao me referir ao termo comunidade no decorrer destas páginas, estarei me remetendo ao espaço coletivo, de convivência cotidiana, de trocas, de afiliações, de interlocuções entre os sujeitos. A palavra é complexa e segundo Bauman (2003) guarda “sensações”... “...é um lugar “cálido, um lugar confortável e aconchegante” (p. 7). Da forma como aqui entendo, trata-se do espaço do “entre” (Jovchelovitch, 2004), das relações, as quais estão, gradativamente, se tornando foco crescente de estudo e produção de conhecimentos e práticas na Psicologia e outras ciências.

Fechando os “parênteses” e retomando o raciocínio anterior, há de se apontar que a transferência de uma bolsa monetária mensal, que metaforicamente pode ser comparada com o “peixe” de que falei anteriormente é parte integrante dos programas. No entanto, aparentemente é unânime a avaliação das equipes técnicas que acompanham as famílias, compostas de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e estagiários, em termos do quanto a maioria destas famílias, apesar das intervenções contempladas, acaba tendo dificuldades na efetiva organização e desenvolvimento de autonomia.

A autonomia também é um vocábulo que atravessa esta produção e que comporta diversos significados, sendo necessária sua problematização, considerando as concepções que me guiaram. Entendo a autonomia não como individualismo ou independência. Compreendo-a na perspectiva da interdependência, sendo o sujeito co-autor de seu processo, consciente de suas possibilidades e potenciais. Compartilho assim com os apontamentos de Pinto (2006) no sentido de que “...a possibilidade de autonomia é medida pela relação com o “outro” e não algo dado ou intrínseco à própria ação racional do indivíduo” (p. 183).

Ocorre que, ao finalizar o período de permanência em tais programas, via de regra, as vulnerabilidades persistem e junto delas desenvolveu-se a dependência dos valores de bolsa auxílio concedidos pelos mesmos. Não é raro encontrar famílias cujo histórico é permeado por comportamentos repetitivos, caracterizados por ingressos contínuos em inúmeros programas assistenciais. Isso sem falar na polêmica gerada em torno dos critérios estabelecidos para inserção ou não das famílias, cuja percepção externa pode ser de premiação daquelas pessoas que estão cometendo atos como trabalho infantil, violência doméstica, maus tratos, drogadição, etc.

A partir daí, um dos principais focos de minha curiosidade passou a ser o que popularmente chamamos de “grupos de geração de trabalho e renda”. Isso porque, mesmo de forma, em princípio rudimentar e, muitas vezes, contraditória, era possível identificá-los como alternativas para a alteração da dinâmica acima exposta.

Saliento já nesse momento introdutório, que entre as idas e vindas fomentadas por esta pesquisa, a denominação dos grupos chegou a ser motivo de questionamentos internos, que inicialmente estavam embasados numa concepção ideal do que teoricamente se postula acerca dos empreendimentos solidários. São, sim, tentativas associativas de gerar emprego e renda, de modo que utilizarei no decorrer do texto o termo *experiências de geração de trabalho e renda*, por entender ser a denominação mais adequada às realidades aqui explicitadas.

Tais experiências se inserem no campo de estudo da Economia Solidária, o qual vem sendo amplamente explorado, abarcando diversas concepções, sendo que a base de todas as teorizações está no entendimento de que se trata de alternativas para superar as desigualdades e exclusão decorrentes do sistema capitalista.

Dentre os variados conceitos, escolhi as explicações de Gaiger (1999) para ancorar este estudo:

No campo do solidarismo econômico popular, contam-se hoje empreendimentos dos mais diversos, de caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativa de trabalhadores. Identificam-se por seus princípios de equidade e participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática. (p. 2)

É esperado, portanto, que em iniciativas de geração de trabalho e renda as famílias, supostamente, se impliquem no processo de construção de alternativas para sua situação. Contudo, nem sempre as experiências desta ordem são bem sucedidas, fato este inquietante. Prazo restrito de divulgação de oportunidades de capacitação, desarticulação da rede de atendimento, descontextualização da proposta, foram alguns dos pontos, inicialmente, perceptíveis como prováveis complicadores na execução de tais experiências.

Ao encontro de tais problematizações, particularmente, acredita-se na necessidade de que os programas de geração de trabalho e renda, enquanto políticas públicas, sejam elaborados a partir do contato direto com tais famílias, buscando verificar quais as vulnerabilidades específicas, qual o potencial da região em que residem, e, principalmente, qual o desejo das mesmas, ou seja, quem são e o que querem tais famílias. Para responder a estas indagações, muitas vezes, é preciso iniciar o processo contribuindo para a conscientização da família em termos de seus potenciais, pois não raro, não conseguem identificar possibilidades no sentido da busca da autonomia e auto-gestão.

Projetos que até então ignoram, na sua maioria, tais aspectos, são tentativas fracassadas que acabam por se somar como mais uma derrota para tais famílias, frustrando e dificultando o engajamento em projetos futuros. Grande parte de tais iniciativas não resgatam a cidadania e a dignidade como talvez fosse esperado. São visíveis os desafios frente a uma realidade tão complexa.



Paula (In Mello, Streit e Rovai, 2006), simplesmente “retira as palavras de minha boca” quando afirma:

Todo território é singular, não existem dois iguais. Isso precisa ser levado em conta até mesmo na formulação de políticas públicas, que muitas vezes trabalham com programas amplos e uniformes que não atendem às peculiaridades de cada um. O desenvolvimento é sempre local com modelos diferentes, ainda que alguns territórios precisem de mais atenção que outros. (p. 31)

Diante dessa contextualização ao leitor, venho para dizer que entendo a pesquisa como a busca do desvelamento de alguma realidade. Esta motivação pauta-se em alguma curiosidade, que no meu caso teve como “pano de fundo” a minha prática profissional junto à assistência social da prefeitura de Porto Alegre, como Psicóloga Social do PAIF, e um desejo, que, particularmente, está vinculado à necessidade pessoal de ser agente de transformação social.

Pedrinho Guareschi, meu Mestre, e em minha opinião, um dos maiores pesquisadores em Psicologia Social da atualidade, muito bem afirma que “muitos estudiosos ou professores da área começam a trabalhar sofregamente nesse campo, sem ter tido tempo de fazer uma reflexão crítica dos inúmeros enfoques nela presentes” (In Jacó-Vilela e Sato, 2007, p. 37). De certo modo, meu fazer se encaminhava nesta direção: um fazer sem pensar, sendo esta uma oportunidade de retomar esta lacuna.

Pois bem, é incontestável que a Psicologia vem desbravando terras que, inicialmente, não pertenciam ao seu campo de estudo, pelo menos não de forma explícita. Nesse sentido, a intervenção da Psicologia Social vem ocorrendo em realidades múltiplas, sendo que o aparato teórico que sustenta esta prática nem sempre se faz presente. Para tanto, é preciso que o conhecimento seja produzido, ou revelado, no intuito de subsidiar e instrumentalizar a prática em questão, como é o caso da compreensão e atuação em experiências de geração de trabalho e renda.

Valendo-me das palavras de Freitas (In Jacó-Vilela e Sato, 2007), me considero Psicóloga Social Comunitária cujo papel social e profissional e os compromissos que devem ser assumidos se baseiam em “desafios referentes a quatro dimensões: à percepção sobre a realidade; ao quê fazer no dia-a-dia do trabalho comunitário; às relações estabelecidas e aos impactos produzidos” (p. 337). Nesse espectro, a presente dissertação ousa contribuir de alguma forma nessas reflexões no campo de intervenções junto a experiências de geração de trabalho e renda.

## 1.2 Molde peça a peça

A experiência pessoal igualmente conduziu a uma primária reflexão de possíveis diferenças entre políticas governamentais e não-governamentais. Uma visualização prévia, ainda que superficial, suscitava a inferência de que experiências realizadas através de Organizações Não-Governamentais, ou com o auxílio destas, pareciam ter continuidade e eficácia superior.

Ai surgia meu problema de pesquisa: Como se estruturam e se diferenciam os programas de geração de trabalho e renda de iniciativa completamente não-governamental daqueles executados em parceria governamental e não-governamental e quais aspectos são primordiais para a manutenção destes? Junto com ele, emergiam as questões que nortearam esta dissertação: Por que há programas de geração de trabalho e renda que são bem sucedidos – aqui se subentende período de existência superior a um ano e geração efetiva de renda – e outros não? Existem diferenças entre iniciativas totalmente não-governamentais daquelas de parceria governamental e não-governamental? Quais os principais impasses na execução dos

programas de geração de trabalho e renda? Como os técnicos de variadas áreas, entre elas o Psicólogo Social podem contribuir?

Em meio a tantos retalhos, de forma sucinta, o objetivo geral desta dissertação constituiu-se em conhecer experiências de geração de trabalho e renda, apoiadas por iniciativas totalmente não- governamentais e aquelas que chamei de “híbridas” por serem auxiliadas por entidades não governamentais sob gestão de governamentais, na cidade de Porto Alegre. Foquei-me nos desafios e dificuldades, pensando fatores que contribuam para a eficácia destes, obtendo tais informações junto aos participantes e técnicos de nível superior que os acompanham.

De forma específica, objetivei conhecer as dificuldades enfrentadas pelas comunidades em termos da geração de trabalho e renda; identificar aspectos essenciais dos programas de geração de trabalho e renda que são bem sucedidos, considerando-se como critérios para tal avaliação o tempo de permanência superior a um ano e efetiva geração de renda para a comunidade em questão, ou seja a auto-sustentabilidade; verificar se existem diferenças entre as iniciativas totalmente gerenciadas por entidades não governamentais daquelas em que há gerenciamento compartilhado entre governamental e não-governamental; conhecer de que forma o conhecimento científico de variadas áreas, dentre elas a Psicologia, pode contribuir no apoio às iniciativas de geração de trabalho e renda.

O alcance de tais objetivos se deu por dois caminhos. Entrevistou-se participantes de quatro experiências de geração de trabalho e renda, duas delas acessadas pela Organização Não-Governamental Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL) e as outras duas pelo PAIF, executado junto ao Centro Regional Leste da FASC. Igualmente foram entrevistados técnicos atuantes em tais locais, que igualmente contribuíram para que os objetivos fossem atingidos.

O que demonstrarei no decorrer destas páginas é que, a partir dos resultados, observou-se que é complexo o processo de tecer diferenciações entre as realidades não-governamentais e governamentais com parceria não-governamental, as quais pensei, previamente, serem consistentes e reveladoras. As experiências estudadas não apresentaram grande discrepância, mesmo porque os atravessamentos aproximam estas realidades e o apoio advém de origens diversas. As dificuldades para geração de trabalho e renda e os desafios para a manutenção da experiência são compartilhados, quem sabe pelo fato de que os grupos tenham buscado auxílio onde esteve ofertado, o que dificultou inseri-los na categorização que me propus no princípio, conseqüentemente comprometendo a comparação entre realidades que não se mostraram como distintas, o que não quer dizer que não tenham particularidades. Talvez uma das surpresas mais importantes dessa investigação é a de que todas essas iniciativas estão permeadas de contradições, pois elas são ações que vão “contra a corrente”. Mas isso será explicitado com maiores detalhes no final de nosso trabalho.

### 1.3 Do Corte à costura

A contar por estas palavras introdutórias, que contextualizam a definição e a relevância do tema de pesquisa, a organização desta dissertação se dá em seis capítulos, conduzindo o leitor a penetrar no processo que gerou esta produção, o qual, certamente, não se finaliza com esta compilação, dada a complexidade comportada.

O capítulo que virá a seguir se destina a tecer problematizações teóricas que se alinham com a investigação, percorrendo reflexões sobre as origens da exclusão, as características da Economia Solidária e a nova relação estabelecida com o trabalho dentro

deste espectro, refletindo, finalmente, acerca do papel do Estado, segundo uma breve contextualização sócio-histórica.

No capítulo subsequente são fornecidos os passos metodológicos que viabilizaram a obtenção e apresentação dos resultados.

O quarto capítulo é dedicado unicamente à apresentação dos resultados, sendo enriquecido com a fala dos protagonistas de experiências de geração de trabalho e renda, bem como dos técnicos que prestam algum tipo de acompanhamento.

No capítulo que se segue, a reflexão recai sobre os resultados, compreendo-os com a teoria, oferecendo inferências conforme os questionamentos que motivaram o estudo. É nesse momento que fazemos a interpretação e a crítica dos achados que julgamos mais importantes em nossa pesquisa.

No último capítulo, são tecidas as considerações, que representam o “acabamento” deste árduo processo de “corte e costura acadêmica”.

## CAPÍTULO 2: ALINHAVOS TEÓRICOS

Nas páginas a seguir, conduzo o leitor à contextualização das entrelinhas teóricas que alinhavaram este estudo. Isso porque tenho a convicção de que pensar e agir em Psicologia, atualmente, implica, sem dúvida, a necessidade de estar apropriado do contexto social em que se insere o ser humano, viabilizando o agir crítico, ético e emancipatório que percorro.

O “fio condutor” que articulou minhas reflexões, o qual pretendo dividir com o leitor, inicia com o questionamento e problematização quanto a possíveis origens da exclusão, vinculadas entre variados aspectos, ao sistema capitalista e à tão falada e pouco conhecida globalização. Pode-se pensar a Economia Solidária, ponto que discuto logo após, inserida no contexto da necessidade do surgimento de alternativas de sobrevivência para a massa de excluídos produzida pelo neoliberalismo. E nesta realidade, que prima por uma lógica contrária ao sistema hegemônico, percebi que era necessário pensar a relação que se estabelece com o trabalho, que pressupõe a existência de características específicas entre os trabalhadores, com o mercado e com a produção. Por fim, abordo, de forma breve, um apanhado sócio-histórico do papel do Estado que hoje, aparentemente, vem delegando, de forma crescente, poderes e responsabilidades à sociedade civil, representada, principalmente, por empresas privadas e organizações não-governamentais.

Diante de uma *Vida Líquida* (2007), em *Tempos Líquidos*, termos que tomo emprestado do sociólogo Zygmunt Bauman, cuja influência de idéias e ideais é inegável neste processo de tornar-me Mestre, novas conjunturas de relação se apresentam e necessitam ser desvendadas e refletidas, em especial quanto existe a intenção de se produzir uma Psicologia para a emancipação, uma Psicologia Social, Crítica, Comunitária, enfim, humana e ética, eu acrescentaria.

É com esta psicologia que particularmente me identifico, e por influência desses princípios não concebo a acomodação e naturalização frente às discrepâncias sociais de todas as ordens, sendo necessário, penso eu, buscar identificar os bastidores dos processos de desigualdade que presenciamos na contemporaneidade, por mais difícil e desafiadora que seja essa tarefa.

## 2.1 Do capitalismo selvagem à globalização excludente

Dados alarmantes, ou seriam desconcertantes? O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em informações de 2003, revelou que os 10 %da população mais rica, no Brasil, ganha, em média, uma renda de R\$ 9.280. No extremo oposto, os 50% mais pobres ganham renda de R\$ 76. Nada mais, nada menos, que 122 vezes inferior aos mais ricos. Um terço da população brasileira tentava sobreviver com menos de R\$ 100, enquanto um oitavo com uma renda inferior a R\$ 50, o que qualquer ser humano há de concordar que é impossível. (Campos, In: Mello, Streit e Rovai, 2006)

Mas como chegamos a isso? É claro que não existe uma única resposta. Contudo, não há dúvidas de que estamos cercados e mergulhados em um sistema econômico social que conduz a esta e a outras gritantes discrepâncias. Na concepção de Cattani (2003) a economia capitalista é “predatória, desumana, e, sobretudo medíocre” (p.11).

No capitalismo, nos acostumamos a naturalizar a realidade caracterizada pelas desigualdades e dicotomias. Não há questionamento, na maioria das vezes, quanto ao acúmulo de riquezas concentrado nas mãos de poucos, visto que esta consequência é naturalizada e legitimada pelo sistema como um todo.

Como Singer (2004) muito bem postula, a seletividade é essencial ao desenvolvimento capitalista, tanto em nível social quanto geográfico, ou seja, não há espaço

ou riqueza para todos. O desenvolvimento capitalista se processa, segundo esse autor, “sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo” (p. 9). Os pensamentos de Bauman (2005) seguem a mesma linha, ao referir que: “No carro do progresso, o número de assentos e de lugares em pé não é, em regra, suficiente para acomodar todos os passageiros potenciais, e admissão sempre foi seletiva” (p. 24). É o velho lema “muitos com pouco e poucos com muito”.

A exclusão, em crescente proliferação, é uma das heranças de um capitalismo desmedido, no qual o acúmulo de capital, por uma parcela restrita da população, produz, inevitavelmente, um considerável contingente de refugados, excluídos do acesso aos bens de consumo. Trata-se do lixo humano, do refugo que Bauman (2005) chama de *Vidas Desperdiçadas*.

Fundamentado na competitividade, o modo de produção capitalista se define pelas relações de exploração e dominação, fazendo surgir uma sociedade polarizada em ricos e pobres. Os donos, os proprietários encontram-se em um extremo, enquanto os trabalhadores estão em outro, sendo que a relação que os une é desigual e exploradora. A idéia “vendida” era de que os trabalhadores poderiam optar entre vender sua força de trabalho ou não. (Guareschi, 2004a). Sabe-se que, na verdade, não há opção, uma vez que o consumo cada vez mais define as pessoas. “Ser um indivíduo numa sociedade de indivíduos custa dinheiro, muito dinheiro” (Bauman, 2007, p. 37). Que opção é essa mesmo?

Pensando-se no momento atual “não é muito diverso o cinismo do novo liberalismo, ou “neo-liberalismo”, que se apresenta como moderno, imprescindível e indispensável nos dias de hoje” (Guareschi, 2004a, p. 145).

Na concepção de Montañó (2003), no neoliberalismo identificam-se três frentes que se intercomunicam. Uma das frentes se refere às condições de emprego que estão se tornando



cada vez mais precárias, no que chamou de “reestruturação produtiva”. O enfraquecimento do Estado vem em seguida, a chamada “(contra) reforma do Estado”, revelando um enfraquecimento crescente, no que compete às políticas sociais; e um fortalecimento estatal, no que tange reformas tributárias, legislativas, entre outras, que atendem aos interesses corporativos. Por fim, percebe-se que a questão social está delegada à sociedade civil, ou seja, tem-se a “transformação da sociedade civil em Terceiro Setor”. A verba, muitas vezes, permanece advinda do Estado, porém a gestão é realizada pela sociedade civil. A este respeito, Carvalho (2007) acrescenta “Essas três frentes promovem o aumento do poder do capital e de sua capacidade de exploração e acumulação” (p. 31).

Na era da automação, do desenvolvimento tecnológico galopante, as pessoas passaram a ser dispensáveis. Em termos econômicos, filosóficos e sociais, postula-se que a competitividade viabiliza o desenvolvimento econômico e o progresso (Guareschi, 2004a).

O discurso hegemônico, em primeira instância, convence. Se analisado criticamente, contudo, revela que de um lado sustenta-se o crescimento econômico e o aumento de emprego por conta da “quebra das barreiras entre os mercados”, por outro também é sinônimo do aumento das desigualdades sociais e agravamento da exclusão daqueles indivíduos cuja qualificação fica aquém das exigências do mercado. Atualmente, mesmo os mais qualificados, igualmente, estão ficando à margem deste mercado competitivo.

Quando falo em discurso predominante, me remeto diretamente à ideologia veiculada. Dentre as inúmeras conceituações do termo, entendo se adequar a este recorte a visão da ideologia como uma forma de criar ou reproduzir relações de dominação (Guareschi, 2004b). A *legitimação*, por meio da qual somente parte da realidade é trazida à tona e tomada como legítima e absoluta e a *naturalização*, ou seja a realidade tida como natural, imutável e determinada, sem que exista outra possibilidade, são estratégias utilizadas para tal fim.

Não está consciente para todos, obviamente, mas existe o que poderíamos chamar de “Ideologia da Globalização”. A sutileza do próprio termo remete à idéia de integral, integrado e não à divisão ou exclusão. Pois a aplicação do termo vinculado à marginalização que não é casualidade, mas regularidade e quase necessidade para que o sistema se mantenha, gera uma contradição que dificulta a percepção, favorecendo a omissão desta conexão. Aí está uma eficácia do uso do termo para veicular a ideologia dominante. O desemprego e a exclusão crescentes parecem integrar naturalmente o panorama social da atualidade (Cardoso, in Gentili, 1999).

A acepção dominante de “globalização” é, pois, uma ideologia. Expressa posições e interesses de forças econômicas extremamente poderosas e vem comandando intensa luta ideológica – luta essa que passa pela mídia e pela universidade – para tornar-se dominante mundo afora (p. 98).

De fato, a conjuntura econômica atual descarta as pessoas com significativa facilidade. As camadas mais populares, em especial, embora não exclusivamente, padecem com o desemprego e a exclusão social. O desenvolvimento de organizações populares, baseados em fundamentos solidários, apresentam-se como uma alternativa de trabalho e geração de renda, estratégia esta voltada para a sobrevivência dos excluídos (Coutinho, Beiras, Picinin e Lückmann, 2005). Vamos conhecer a proposta mais detalhadamente.

## 2.2 O que vem a ser então “A Outra Economia”?

Mergulhados em um empobrecido questionamento da realidade, concebemos que as “coisas simplesmente são como são”. Dessa forma nos acostumamos com as crianças nas sinaleiras, com os sem-teto, com os sem-dignidade, nos convencendo de que não há alternativas. Será mesmo?

Ao que parece, ainda existem aqueles que vislumbram que a realidade supera o que pode ser captado com os olhos, devendo ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, que permita compreender e refletir sobre a real origem das coisas.

Introduzi estes dois parágrafos porque neste momento, embebida de alguns princípios da Economia Solidária (ES), o que Antônio David Cattani chamou de “A Outra Economia” (2003), em sua renomada obra, ousou dizer que nesta inspiração, de não satisfazer-se com o que parece inevitável, é que ela surgiu.

“Remando contra a maré”, uma lógica oposta vem tomando corpo e espaço nas relações entre as pessoas e o trabalho, como alternativa de sobrevivência, de inclusão de tantos excluídos do mercado de trabalho formal. As ações no espectro da Economia Solidária, além de oportunidades de geração de trabalho e renda, são oportunidades de relações de trabalho diferenciadas, pautadas na cooperação (Guimarães, Maciel e Eidelwein, 2007).

Motta (2004) aponta que a Economia Solidária é “um fato social novo” (p. 10), sendo Paul Singer, atual Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, o primeiro a utilizar a expressão em 1996. A autora, que concentrou seu Mestrado na compreensão antropológica do fenômeno, aponta que a mesma é regida pelos princípios solidários, respeitando o meio ambiente e a diversidade e rejeitando a hierarquia e a competição, sendo possível estabelecer relações diferenciadas mesmo num mundo onde a competitividade e o lucro a qualquer custo parecem imperar.

A ES surgiu como uma reação às injustiças derivadas do capitalismo, propondo-se a “tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. (...) propõem abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente” (Singer, 2004, p. 11-12).

No ano de 1998, Paul Singer instituiu um grupo de discussão sobre Economia Solidária. No ano seguinte, sob coordenação de Luiz Inácio Gaiger, o grupo realizou a

primeira pesquisa nacional sobre a Economia Solidária. Advém dos pesquisadores envolvidos em tal estudo o termo *Empreendimento Econômico Solidário (EES)*. Em termos ideais, os princípios básicos que deveriam ser encontrados em tais empreendimentos são: “*autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social*” (Gaiger, 2004, p.11).

O Rio Grande do Sul, cujo histórico é marcado pelo associativismo e cooperativismo desde o século XX, goza do mérito de ter sido um dos pioneiros em experiências solidárias. Nas origens de tais iniciativas no estado, encontram-se os imigrantes europeus, especialmente de origem alemã e italiana, que, ao final do século XIX, já se organizavam coletivamente, a fim de solucionar dificuldades enfrentadas como pequenos agricultores. Em um processo de expansão e diversificação constantes, a ampliação de empreendimentos solidários, em termos nacionais e regionais, alcançou importante destaque nas décadas de 80 e 90 por motivos variados, a exemplo da redemocratização do país, o aumento da permeabilidade, ou seja, a abertura da economia, as pastorais sociais e os movimentos progressistas (Icaza, In Gaiger, 2004).

Em termos de mapeamento de iniciativas solidárias no Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem se preocupado amplamente com a visibilidade das mesmas, desenvolvendo assim o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), banco de dados que pode ser complementando on-line, através do site: <http://www.mtb.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#> e que contempla informações dos empreendimentos solidários, bem como das entidades de apoio, assessoria e fomento.

A segunda fase do relatório de levantamento nacional de empreendimentos solidários, disponível no site acima citado, aponta a existência de 21859 empreendimentos, dos quais cerca de 10% (2085) se localizam no RS. Deste total, 11326 se caracterizam por serem

associações, 7978, grupos informais e 2115 são cooperativas. Quanto à constituição jurídica formal, 50% possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Como se pode perceber, a pluralidade e heterogeneidade são marcantes nas iniciativas solidárias, permeadas de diferenças e desafios. Conforme aponta Icaza (In Gaiger, 2004, p. 36-37):

Se, de forma ideal, a definição de “empreendimentos econômicos solidários” aponta para traços constitutivos essenciais como solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão, na prática, essas características aparecem de forma muito diversa e em graus muito variados. (...) O fato de os empreendimentos terem caráter coletivo e serem organizados pela ação dos próprios trabalhadores não quer dizer que a solidariedade e a autogestão sejam centrais na sua dinâmica de estruturação e funcionamento.

Há de se destacar que as experiências que serão descritas no decorrer ilustraram esta pluralidade e contraditoriedade, uma vez que revelaram significativas diferenças estruturais e relacionais.

De forma paradoxal, ocorre que muitas experiências desse gênero se dissolvem num curto espaço de tempo. Pensando a esse respeito uma ignorância primária me invadiu quando me deparei com a seguinte afirmação. *“A Economia Solidária é tão desigual quanto o Brasil, tem Economia Solidária pobre e miserável e também tem rica”* Paul Singer - Secretário Nacional da Economia Solidária. Como assim Economia Solidária rica? questionei-me, imediatamente. O esclarecimento posterior revelou que na concepção de Paul Singer (In Mello, Streit e Rovai, 2006) as “empresas recuperadas” (p.20), quando os funcionários as compram, são consideradas empreendimentos solidários ricos, pois já surgem com capital, ainda que pequeno. Necessitam se desenvolver, mas partem de uma base.

Porém, o cenário se altera quando se trata de 80 % dos empreendimentos solidários que se caracterizam pela informalidade e pela pobreza. Neste caso, as dificuldades principais estão na consolidação e na viabilização econômica. Os empreendimentos necessitam de apoio e subsídios. Quando ocorre de não conseguirem se manter economicamente, ainda que não seja esse o desejo dos participantes, o empreendimento sucumbe, afinal a necessidade de

sobrevivência supera o desejo de continuidade. “É a heróica busca para se abandonar a pobreza. Se não podem fazê-lo dessa maneira, cada um vai saltando aos poucos do navio para se virar de outra maneira” (Singer, In Mello, Streit e Rovai, 2006, pág. 20).

O que muitas vezes fico me questionando é se não existe uma intenção de que as coisas realmente não dêem certo. Questões óbvias parecem identificadas, sendo que este estudo contribuiu para reforçá-las, no tocante às demandas que devem ser atendidas a fim de potencializar as chances de que os empreendimentos sejam bem sucedidos. Porém, entraves financeiros, burocráticos e legais permanecem, dificultando a continuidade dos empreendimentos, permitindo o questionamento quanto à real intenção de proporcionar autonomia.

Pensando na autonomia, Singer (In Mello, Streit e Rovai, 2006) sugere que, a longo prazo, as cooperativas de crédito, como sistema de ajuda recíproca, nas quais as comunidades socializam suas poupanças, serão alternativas de autofinanciamento da Economia Solidária. Por questões burocráticas, contudo, o processo de certificação pelo Banco Central ainda se configura em processo moroso, que necessita ser agilizado.

Paul Singer identifica a ampliação do número de empreendimentos solidários, porém ressalta a necessidade de que a comunidade como um todo se desenvolva, de forma ampla e inclusiva. Ao invés de concentrar-se em grupos isolados, a sugestão de Singer são as “cadeias solidárias”, sob forma de redes (In Mello, Streit e Rovai, 2006).

Com essas breves palavras fica clara a presença de inúmeros obstáculos a serem superados, desafios a serem vencidos na Economia Solidária que é, enfim, um território que está sendo desbravado pouco a pouco e que com este estudo pôde ser problematizado em mais alguns aspectos, a exemplo das formas de relação, sobre as quais falamos a seguir.

### 2.3 Novas relações: entre as pessoas, com o trabalho, com o mundo.

Fica visível que as mudanças econômicas e sociais do mundo globalizado implicam alterações nas relações de todas as ordens, sendo que a relação do ser humano com o trabalho não foge a estas avassaladoras alterações.

Rocha, Sarriera e Pizzinato (In: Sarriera, Rocha e Pizzinato, 2004) assinalam que “O que entendemos na atualidade por trabalho está circunscrito dentro de um contexto sócio-histórico determinado” (p. 115). Desse modo, parece óbvio que a relação do homem com o trabalho na época em que a agricultura provia seu sustento, difere de quando no capitalismo o trabalho tomou forma de mercadoria, diferenciando-se novamente dentro de uma proposta solidária, onde se espera que a solidariedade e a igualdade permeiem o fazer e o viver.

Nas palavras de Veronese (2004) “O solidarismo na economia nega a base do capitalismo que é a separação entre trabalho e posse dos meios de produção” (p. 21). A nova relação com o trabalho, em termos de auto-gestão, implica em relações diferenciadas daquelas estabelecidas no capitalismo, o que parece ser um dos desafios de maior dificuldade a ser enfrentado nas experiências de geração de trabalho e renda.

Corroborar-se com o pressuposto de que não há como desvincular o trabalho da subjetividade das pessoas, ainda que os entremeios desta relação sejam passíveis de opiniões diversas. Referindo-se à Grisci (2000), Veronese (2004) menciona o quando a subjetividade e o trabalho são indissociáveis, uma vez que “Antes de ser instância individual ela (subjetividade) é instância coletiva, social e histórica” (p.25).

Novas formas de organização e relação com o trabalho, impactam, portanto, diretamente na constituição do sujeito. Se pensarmos a modernidade como Bauman, no sentido de “uma condição da produção compulsiva e viciosa de projetos. Onde há projeto há refugio” (2005, p. 41), não há como não transpor tais características para o convívio humano,

para as relações que se estabelecem entre as pessoas, entre as pessoas e as coisas e entre as pessoas e o trabalho.

O ser humano se nomeia, se identifica, a partir da atividade que exerce. Desse modo, há de se pensar o impacto, por exemplo, da inexistência de uma atividade laboral, considerando aqueles indivíduos excluídos deste universo, como é o caso de grande parte da população brasileira, ou talvez mundial, eu diria.

A modernidade é marcada por medos, por incertezas, por projetos que parecem inalcançáveis. Definida pelo consumo, quando se obteve determinado bem material, que parecia ser a solução dos problemas, já foram criadas outras tecnologias mais avançadas do mesmo produto, de modo que persiste a idéia do inatingível. “A sociedade de consumo consegue tornar permanente a insatisfação” (Bauman, 2007, p. 106).

A ”regra” do individualismo parece justificada, graças à ideologia, eu acrescentaria, uma vez que para se manter em determinada posição, um potencial consumidor, além de demonstrar sua competência, parece que o sujeito se convence que deve demonstrar a incompetência do outro, boicotando, tirando proveito sempre que possível, dominando para não ser dominado. Como postula Bauman, “As chances mais amplas de vitória pertencem às pessoas que circulam perto do topo da pirâmide do poder global, para as quais o espaço pouco significa e a distância não é problema” (2007, p.10).

A liquidez, principio que acompanha Bauman em uma série de obras, com o qual compartilho plenamente, marca também as relações: transitórias, fugazes, efêmeras, temporais, fluídas em excesso. O outro nos serve enquanto atende nossos interesses, sendo dispensável tão logo deixe de satisfazer nossas necessidades, quer nos relacionamentos interpessoais, quer no trabalho, quer em qualquer instância de nossas vidas.



Novamente identificamos a ideologia como estratégia de quase convencimento de que as coisas são assim, e ponto final, como se não houvesse escolha diversa, ou melhor, a opção até está presente, mas o custo a ser pago é alto.

Os suficientemente impetuosos ou desesperados a ponto de tentar desafiar as probabilidades contrárias se arriscam a enfrentar a sorte dos excluídos e rejeitados, e a pagar por sua audácia com o alto custo da miséria corporal e do trauma psíquico, preço que só uns poucos escolheriam pagar por vontade própria, sem serem forçados. (Bauman, 2007, p. 13)

Fica cada vez mais reforçada a idéia de que a Economia Solidária, “rema contra a maré”. As relações de cooperação e de solidariedade, que se busca vivenciar dentro da Economia Solidária parecem incompatíveis com o projeto da modernidade.

Por meio da associação, a fim de viabilizar alternativas para superar as dificuldades de geração de trabalho e renda, é possível que os participantes se dêem conta que formas coletivas podem auxiliar no enfrentamento. O coletivo e o individual se colocam de forma mais simbiótica acarretando, na concepção de Icaza (In Gaiger, 2004) em “algo que aponta para uma nova relação e concepção do próprio trabalho” (p. 41).

A criatividade, o saber e o trabalho ocupam o centro valorativo da Economia Solidária em contraposição ao capital, valor essencial do capitalismo. O objetivo não se concentra no aumento do lucro, mas sim na produção de um bem ou serviço em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades sociais. Quando ocorre de se obter excedente, a decisão sobre tal destino será coletiva, visto que a gestão dos meios e modos de trabalho devem se basear nos princípios associativistas e comunitários. (Veronese e Guareschi, 2005).

Frente a tantos desafios, fica clara e afirmativa a relevância da pesquisa social em tal área:

Nesse contexto, a pesquisa social deve revelar-se competente, pois torna-se cada vez mais evidente a relevância de se discutir o tema da autogestão e do trabalho associativo de forma crítica, contribuindo com seu desenvolvimento. Nessa forma de organização do trabalho, as relações precisam se estabelecer em patamares de igualdade e autoridade compartilhada; tona-se vital, para os trabalhadores associados, desenvolver habilidades sociais necessárias à prática da autogestão. (Veronese e Guareschi, 2005, p. 61).

Ao idealizar esta pesquisa tivemos em mente a problematização e reflexão sobre essas novas relações estabelecidas no âmbito do trabalho, mas igualmente sobre a nova relação que se configura com o Estado, ponto do qual falamos na seqüência.

#### 2.4 E o que o Estado tem a ver com isso?

Historicamente podem ser identificados momentos de diferentes papéis assumidos pelo Estado, vinculados às mudanças sócio-históricas da sociedade, sendo que por questões de tempo não nos deteremos detalhadamente a cada um deles, enfatizando, somente, questões que se entende estarem diretamente relacionadas ao tema desta dissertação. Neste sentido, a aparente desresponsabilização estatal contemporânea receberá maior atenção.

Paula (In Mello, Streit e Rovai, 2006), falando especificamente da sociedade brasileira, refere que:

Somos herdeiros de uma cultura fortemente estadista, que atribui ao Estado todas as responsabilidades. É uma construção histórica, um caso raro na história da humanidade, em que o Estado surgiu antes da sociedade, diferentemente dos agrupamentos que vão ficando mais complexos e encontram na construção de um Estado uma forma de regular conflitos. São feitas leis, tribunais, e prisões, para quem desobedecer as normas e instituições, para organizar e regular. (p. 31).

Na perspectiva de garantia de direitos, durante um longo período, o Estado brasileiro se caracterizou por práticas assistencialistas, sobre as quais a reflexão não é recente. O termo nos remete à concessão de auxílio das mais diversas ordens, inclusive financeiro, a quem necessita. Naturalizando as desigualdades sociais, como conseqüências inevitáveis, as ações assistencialistas, ainda que contribuam na minimização da miséria, perpetuam o sistema de

exploração, no qual existem classes dominantes e dominadas, incluídas e excluídas. (Alayón, 1995).

Uma discussão aparece, por exemplo, em termos de quem deveria acessar a assistência social e de que forma. Na opinião de Castel (2003), a população que teria perfil para ingressar na assistência social seria constituída de pessoas que não tivessem condições de suprir por si próprios as necessidades básicas, a exemplo de crianças sem pais, portadores de necessidades, idosos indigentes, enfim sujeitos que não podem trabalhar. O autor pontua que a situação é diferenciada quando se trata de pessoas que teriam condições de trabalhar, mas não estão fazendo. Uma realidade contraditória se apresenta, na medida em que são carentes, mas ao mesmo tempo não podem usufruir de forma direta da mesma isenção de auto-suficiência, concernente ao grupo anterior.

Referindo-se ao conjunto de práticas da assistência, Castel (2003) identifica dois vetores de extrema relevância que norteiam as ações: relação próxima entre assistentes e assistidos e a inaptidão para o trabalho. Em relação ao primeiro aspecto recorre ao que chama de *sociabilidade primária*, mencionando que a assistência é análoga ao pertencimento de grupo, família, vizinhança. No que tange o segundo tópico, Castel (2003) reflete a possibilidade de associar a incapacidade para trabalhar com a máxima inserção comunitária, diferente do que normalmente é feito, prática esta que cria um modelo ideal de assistência social, diante da intersecção plena destes fatores. Nesta contradição a assistência acaba por reiterar a exigência de incapacidade para o trabalho, visto ser esta a forma de acessar os benefícios.

Essas sinalizações nos levam a pensar que nas práticas assistencialistas a pobreza e a exclusão, de fato, “são faces de uma mesma moeda” (Wanderley, In Sawaia, 2004, p. 25). Ocorre que diante das gritantes desigualdades operantes em nossa sociedade, o Estado não está sendo capaz de assegurar os direitos a toda a população, sem contar o fato de que existe

uma tendência, advinda do neoliberalismo, de “diminuição da ação social do Estado” (Wanderley, In Sawaia, 2004, p. 25).

De um lado, portanto, Guimarães (2002) identifica que a partir da década de 90, com a implantação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), intensifica-se o repúdio às práticas assistencialistas. “(...) a concepção de assistência social passa a ser entendida enquanto política de direitos e dever do Estado” (p. 18). Como política pública, operando em rede, é esperado que a proposta da assistência social conceba o direito do cidadão, sendo o serviço prestado um meio para enfrentar as questões sociais, integrando as esferas políticas, comunitárias assim como outras entidades.

Por outro lado, nesta conjuntura globalizada, é visível o afastamento gradual do poder público que vem realizando convênios e parcerias com empresas privadas e com as organizações não-governamentais para a garantia dos direitos. A gestão fica por conta do governo, enquanto a execução é repassada às organizações. O discurso é de que o Estado não pode responsabilizar-se sozinho pela execução de políticas públicas, unindo-se com as empresas e com a sociedade organizada no que Paula (In Mello, Streit e Rovai, 2006) chamou de “três pernas do desenvolvimento incluyente, humano, social e sustentável, com planejamento participativo e gestão compartilhada” (p. 32).

Partindo desse pressuposto, as organizações não - governamentais, emergentes da sociedade civil organizada, ocupam papel importante no oferecimento de alternativas para a superação das desigualdades decorrentes da globalização. As propostas atuais vão além do assistencialismo e da filantropia outrora dominantes, voltando-se a uma atuação que proporciona mudanças sociais. Incluídas no que se chama *Terceiro Setor*, se caracterizam por não pertencerem ao Estado, serem autogerenciáveis, envolverem voluntariado e não possuírem fins lucrativos. Grupos de geração de trabalho e renda, expressões da *Economia Solidária* inserida no Terceiro Setor, são geridos por princípios como justiça social, aversão

ao individualismo e à competitividade, ajuda mútua, inserção local concreta, etc. (Gaiger, 2000).

A contraditoriedade e ambivalência, comentadas no decorrer destes escritos, parecem também acompanhar os atravessamentos do Estado e da sociedade civil. A inserção do Estado ocorre, porém a maneira talvez tenha que ser discutida. É verdade, por exemplo, que a temática da geração do trabalho e renda encontra ressonância na Política Nacional de Assistência Social. Instituído a partir de 2004, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) propõe um panorama diferenciado em termos da concepção de proteção social no Brasil. É complementado pela Norma Operacional Básica (NOB) que implementa as diretrizes para a assistência social no país. De tuteladora e assistencialista, preconiza-se que a assistência social possa se aliar ao desenvolvimento humano e social, implementando programas de “inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza” (p. 30). Sem desconsiderar a necessidade da permanência de programas que concedam o auxílio financeiro, o SUAS objetiva instigar projetos que tenham a geração de renda como a mola propulsora das ações com as famílias em situação de vulnerabilidade social, contando para isso com a ação conjunta de empresas e de organizações não-governamentais.

No entanto, é válido analisar, igualmente, o que aponta Carvalho (2007):

O aparente fortalecimento da sociedade civil, a “superação de conflitos” entre diversos atores em busca de um bem-comum esconde, camufla o aumento das situações de precarização, tentam encobrir o fato de que a população, em especial, os mais pobres, encontra-se cada vez mais à deriva, à medida que o Estado desobriga-se de sua função de redistribuição e de garantir a seguridade social. (p. 44-45)

Nem tanto ao céu, nem tanto a terra, talvez a chave para a questão esteja na problematização de como o Estado deve permanecer atuando, pois, de fato, parece que é tênue a linha que deve separar a atuação do Estado, mantendo a autonomia, e sua omissão. Na opinião de Singer (2003), cabe ao Estado apoiar o desenvolvimento da Economia

Solidária, sem definir os caminhos que serão seguidos. Para manter-se autêntica, é necessário que a ES mantenha-se independente das entidades que a apóiam, incluindo-se o Estado.

### **CAPÍTULO 3: “TÉCNICAS DE COSTURA”: A METODOLOGIA**

*Não há pesquisa sem ensino, nem ensino sem pesquisa, pesquisa para conhecer o que não conheço e divulgar ou anunciar as novidades.*

*PAULO FREIRE*

Quando falamos em metodologia, falamos em processo, em etapas para se alcançar um objetivo. Neste breve capítulo apresenta-se o passo-a-passo seguido para se dar forma a esta pesquisa.

#### **3.1 Definição da pesquisa escolhida**

O delineamento da pesquisa foi de cunho qualitativo, visto que o interesse estava direcionado ao encontro do “significado das coisas”, compreendendo a dinâmica do ser humano. (Turato, 2005). Buscou-se, portanto, conhecer de forma mais aprofundada um fenômeno social, suas relações e significados.

Turato (2005) afirma que nos métodos qualitativos, a apreensão dos fenômenos ocorre por meio da “interpretação das relações de significado dos fenômenos como referidos pelas pessoas” (p. 511). O pesquisador vale-se de seus órgãos do sentido para apreender e interpretar o fenômeno, na medida em que o aprofundamento na observação, ou na escuta da entrevista o coloca próximo da essência da questão que está sendo pesquisada.

A finalidade da pesquisa qualitativa, com a qual se alinha essa dissertação, é explorar a gama de pontos de vista e as diversas representações acerca do assunto em questão. (Bauer e Gaskell, 2002), neste caso as experiências de geração de trabalho e renda..

### 3.2 O processo

A pesquisa contemplou 13 entrevistas semi-estruturadas, sendo oito delas com participantes de quatro experiências de geração de trabalho e renda diferenciadas. Realizou-se duas entrevistas por experiência. Critérios de escolha corresponderam à existência superior a um ano e a geração de renda direcionando-se para a auto-sustentabilidade.

Como se pressupunha inicialmente a existência de diferenças entre experiências acompanhadas por iniciativas diversas (não-governamentais e governamentais com não-governamentais) o acesso às mesmas se deu por meio de instituições que se inserem em tais realidades. A interface deste pressuposto com a auto-sustentabilidade colidiu especialmente em uma das experiências, pois no caso das duas iniciativas acompanhadas na esfera governamental em parceria com a governamental, elas eram as propostas isoladas, de modo que não houve possibilidade de optar por outra, sendo tal limitação fator que contribuiu futuramente para as problematizações que serão propostas no capítulo 5.

Junto à Associação Voluntariado e Solidariedade (AVESOL), organização não-governamental, que se sabe ter como um dos focos principais de sua atividade o acompanhamento a grupos de geração de trabalho e renda, conseguiu-se a indicação de dois empreendimentos, a Cooperativa UNIVENS - Unidas Venceremos e o empreendimento Mãos Amigas Confeção.

Por outro lado, junto ao Centro de Referência em Assistência Social da Zona Leste, espaço físico que comporta a equipe técnica da FASC (governamental) que acompanha tal região e onde existe uma equipe do PAIF (não-governamental) auxiliando na execução da política, se obteve o acesso a outros dois empreendimentos, a Coopearte e o Grupo Santa Rita de Cássia.



Igualmente participaram desta investigação cinco técnicos de nível superior sendo dois assistentes sociais, vinculados direta ou indiretamente ao âmbito governamental, dois psicólogos e uma pedagoga, esses três últimos atuantes junto a experiências de geração de trabalho e renda no tocante ao planejamento, execução e acompanhamento dos mesmos, na esfera não-governamental, na AVESOL.

Em termos de esfera não-governamental, o acesso deu-se a partir do contato prévio com a AVESOL que se constitui em uma associação beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, que nasceu em 2002, sendo uma das referências no auxílio a empreendimentos solidários em Porto Alegre. O objetivo de tal entidade é promover ações voluntárias e solidárias, apoiar iniciativas de pessoas e de grupos que se organizam para enfrentar a crise social e econômica, lutar pela construção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população excluída. Para tal, dispõe de três grandes projetos, intitulados *Fundo solidário, Ação voluntária e Comunidade Produtiva*.

Já as experiências que são atravessadas pela parceria governamental e não governamental foram acessados através das experiências acompanhadas pelo Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), programa que, conforme mencionado anteriormente executado pela entidade não governamental União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), sob gestão da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Ambos os empreendimentos localizam-se na zona leste de Porto Alegre.

Os instrumentos utilizados foram:

- 1º) Pesquisa documental dos estatutos e regimentos internos, quando presentes, bem como de documentos que se referiam à história do empreendimento;
- 2º) Observação participante (notas de campo);
- 3º) Entrevistas semi-estruturadas com duração média de 30 min.

No caso das entrevistas semi-estruturadas, o roteiro básico utilizado com os participantes das experiências se constituiu das seguintes questões:

- 1) Há quanto tempo você frequenta o programa de geração de trabalho e renda?
- 2) Qual sua percepção sobre o programa de geração de trabalho e renda?
- 3) Quais as dificuldades enfrentadas em termos de trabalho e renda?
- 4) De que forma o programa de geração de trabalho e renda contribui na superação das dificuldades?
- 5) Quais são os motivos que o/a levam à permanência no programa?
- 6) Que aspectos pensas que poderiam ser contemplados no programa de geração de trabalho e renda?
- 7) Qual a importância do técnico que acompanha o programa?

Já as entrevistas com os técnicos e técnicas que acompanham as experiências de geração de trabalho e renda contemplaram, basicamente, os seguintes aspectos:

- 1) Há quanto tempo acompanha o programa de geração de trabalho e renda?
- 2) Como o programa se estruturou e qual a dinâmica de funcionamento?
- 3) Quais aspectos foram considerados na elaboração do programa?
- 4) Quais são as dificuldades percebidas no tocante ao planejamento, execução e continuidade dos programas de geração de trabalho e renda?
- 5) De que forma percebe que o programa de geração de trabalho e renda contribui no desenvolvimento da comunidade em questão?
- 6) Que fatores podem contribuir para que o programa de geração de trabalho e renda seja bem sucedido?
- 7) De que maneira ocorre e qual a importância de sua intervenção no programa de geração de trabalho e renda?

Por meio da pesquisa documental buscou-se contextualizar o surgimento e a dinâmica de funcionamento das experiências de geração de trabalho e renda estudadas.

O diário de campo constituiu-se em prática constante, de modo que as anotações auxiliaram na compreensão mais ampla do fenômeno.

No tocante às entrevistas, a pesquisadora se dirigiu às instituições para realizá-las, conforme contato prévio com o local e com os sujeitos. De acordo com a aceitação dos mesmos, por meio da assinatura do Consentimento Livre e Esclarecido, as entrevistas foram gravadas em fita cassete para posterior transcrição.

Depois de transcritas e digitadas, as entrevistas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo, visto que a mesma se constitui em uma espécie de “pesquisa de opinião pública” que viabiliza a reconstrução de “indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos, estereótipos e compará-los entre comunidades” (Bauer e Gaskell, 2002 p. 192).

As informações foram organizadas em temáticas a partir de suas significações semânticas e interpretadas sob a luz do referencial teórico discutido no capítulo dois.

## **CAPÍTULO 4: RESULTADOS DOS ENCONTROS: AGULHAS, LINHAS, VOZES E HISTÓRIAS**

*“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”*

*PAULO FREIRE*

Este provavelmente é o capítulo de maior importância nessa dissertação. Nele são apresentadas as falas, as representações, enfim as percepções das participantes das experiências pesquisadas, bem como dos técnicos que prestam acompanhamento aos mesmos, o que chamei de “tecidos humanos” que deram vida a essa produção.

Primeiramente, contextualiza-se as experiências de geração de trabalho e renda, em termos de características definidoras que se entendeu como imprescindíveis para a compreensão da dinâmica de funcionamento destas, apresentando-as separadamente. Em seguida, são fornecidas as temáticas que emergiram durante as entrevistas com as “mulheres empreendedoras”, sendo que, ainda que se identifique de qual experiência se está falando, não há separação dessas falas, sendo todas reunidas em torno da temática correspondente.

Na seqüência, são apresentadas as falas dos técnicos que realizam acompanhamento com as experiências de geração de trabalho e renda, igualmente organizadas em temáticas.

### **4.1. Primeiros Tecidos humanos - Experiências em foco**

Todas as experiências de geração de trabalho e renda pesquisadas se inserem no segmento de corte e costura, sendo que duas delas igualmente agregam a produção de

artesanato. Apresentam características distintas, no que se refere à estrutura e funcionamento, sendo a seguir brevemente especificadas.

Um apontamento que faço antes de identificá-las diz respeito à necessidade, conforme já pincelei na introdução e metodologia, de retomar minha idéia inicial de separação das experiências conforme o tipo de acompanhamento recebido, entre âmbito totalmente não-governamental e parceria governamental e não-governamental. Ainda que exista uma tendência do acompanhamento não-governamental salientar-se, seria leviano afirmar que há eficácia superior, visto que apoio não é concentrado em uma única iniciativa, sendo atravessado, nas experiências desta pesquisa, pela esfera governamental e não-governamental conjuntamente. Assim sendo, a divisão que faço na caracterização a seguir é de ordem puramente didática, vinculada à origem do acesso que tive às mesmas.

#### 4.1.1 Apresentando as experiências de geração de trabalho e renda

##### *4.1.1.1 Experiências indicadas pela AVESOL*

A AVESOL acompanha mais de 30 experiências entre Porto Alegre, Grande Porto Alegre e interior do estado, sendo que o formato desta assessoria será melhor explicitado no decorrer deste capítulo, quando se traz os dados empíricos obtidos junto à equipe técnica da mesma.

As indicações da instituição, de locais que poderiam contribuir para as respostas deste estudo, foram a Cooperativa Unidas Venceremos (UNIVENS) e a Cooperativa Mãos Amigas Confeção, que serão apresentadas mais detalhadamente a seguir.

A Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos – UNIVENS - está em funcionamento desde 1996 e localiza-se no Bairro Sarandi, em Porto Alegre. Começou suas

atividades a partir do desejo de 35 mulheres, entre 18 e 70 anos, que necessitavam de alternativas para geração de trabalho e renda. É a única das experiências estudadas que já possui estatuto e regimento internos constituídos, desde sua formação. Segundo informado pelas participantes da pesquisa, uma das quais esteve presente na fundação da cooperativa, é comum a rotatividade de pessoas, de modo que, a maioria das cooperativadas atuais não corresponde àquelas que iniciaram o empreendimento. Das vinte e cinco pessoas que formam a cooperativa, que neste momento dividem suas tarefas entre corte, costura e serigrafia, nove delas são mulheres sócio-fundadoras, sendo dois os homens que trabalham na serigrafia.

Durante quatro anos funcionaram junto à capela da comunidade. Em seguida, por meio da participação junto ao Orçamento Participativo, conseguiram constituir a primeira incubadora popular, em funcionamento até hoje com outros empreendimentos que lá surgiram.

Buscando apoio no exterior, especificamente com uma instituição da Espanha, a UNIVENS dispõem de sede própria desde 2002, sendo que a construção foi erguida com a verba concedida por tal instituição, porém o terreno foi adquirido com recursos financeiros gerados pelo rendimento da cooperativa. Parte da verba que receberam de auxílio, atualmente vem sendo devolvida, com a justificativa de ser aplicada em outras iniciativas da mesma ordem.

O início foi difícil, pois a procura pelo serviço da cooperativa não atendia a demanda de geração de renda para todas as cooperativadas. Atualmente, contudo, a partir de uma divisão de renda por função (corte, costura e serigrafia), os participantes da cooperativa podem se sustentar com o valor gerado por mês.

Para ingressar na cooperativa é necessário residir na comunidade. A maioria dos ingressos ocorre por indicação de algum cooperado, sendo que o recebimento de currículos igualmente ocorre. Considerando o momento evolutivo da cooperativa, é exigida experiência

mínima na área, a fim de manter a qualidade dos produtos. Além disso, espera-se que cada cooperativada, com o passar do tempo, adquira seu próprio equipamento.

A estrutura da cooperativa pressupõe a existência de um presidente, cuja gestão é por três anos, um vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiro e secretária. Mensalmente ocorre uma assembléia geral onde são discutidas as temáticas relativas ao mês, deixando todos os cooperativados a par das informações que sejam necessárias, sendo que o poder de decisão se faz igualitário no grupo.

As encomendas de produtos podem ser realizadas diretamente na sede da cooperativa, por e-mail, por telefone ou solicitando uma visita. Os artigos fabricados incluem camisetas de diversos modelos, jalecos, calças, entre outros.

Um dos atuais orgulhos da cooperativa é a linha de produtos confeccionado com algodão ecológico, chamada *Justa Trama*, que ilustra uma iniciativa bem sucedida de rede de produção, pois desde o plantador até a comercialização, todos os envolvidos estão vinculados à Economia Solidária.

Funcionam diariamente das 07h30min às 11h00min e das 13h30min às 18h00min, existindo flexibilidade de horário conforme a necessidade pessoal.

Sem dúvidas, trata-se do local que dispõe de organização estrutural superior aos demais, aproximando-se de forma mais expressiva e ideal, em termos das características constitutivas e de funcionamento, de um empreendimento solidário.

Já a Cooperativa Mãos Amigas Confeção iniciou suas atividades em 2002, a partir de um grupo de mulheres que participava do Programa Família Cidadã (programa estadual de repasse de verba que finalizou em 2005). No princípio, as atividades incluíam malharia e artesanato, sendo que o corte e a costura começaram a ser o foco a partir de 2004. Do grupo que começou as atividades não há participantes.

O espaço inicial foi concedido pelo Centro Marista de Solidariedade<sup>1</sup> (CESMAR) que localiza-se na Vila Rubem Berta. Atualmente possuem sede própria que foi obtida através do auxílio da comunidade marista. A sede, consideravelmente restrita em termos de espaço físico, está, temporariamente, abrigando uma padaria que se transferirá para outro local, por meio de verba obtida por um projeto junto ao grupo WAL MART<sup>2</sup> que proporcionará, no início de 2008, a compra de maquinário e capacitação para a Mãos Amigas Confecção.

Ao todo são seis mulheres. Cinco delas realizam o corte e a costura, conforme disponibilidade de tempo, sem divisão de funções. Apenas uma delas é responsável pela serigrafia e já se encontra treinando uma segunda pessoa para auxiliá-la, dada a demanda de trabalho. Todo o valor gerado é dividido de forma igualitária, sendo retirada parte para cobrir despesas comuns (luz, água, etc.). O maquinário de que dispõem é proveniente de doações.

Não há constituição jurídica sob forma de estatuto ou regimento interno, sendo esta uma providência que estão tomando neste momento.

O horário de funcionamento é das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 18h30min, com possibilidade de jornada estendida conforme as possibilidades de cada cooperativada.

#### *4.1.1.2 Experiências indicadas pelo PAIF*

O PAIF é executado em cinco regiões da cidade de Porto Alegre. As experiências apresentadas na seqüência são assessorados pela equipe da região leste, sendo estas expressões isoladas de Economia Solidária, identificadas pela FASC, que recebem algum tipo de assessoramento na interface governamental, pelo menos em termos de assistência social.

---

<sup>1</sup> Organização Não Governamental na esfera da assistência social mantida pela USBEE.

<sup>2</sup> Rede de supermercados americana que adquiriu antigo hipermercado Big Shop.



O primeiro grupo visitado é conhecido como Coopearte. Uma das idealizadoras era professora do Movimento de Alfabetização (MOVA<sup>3</sup>), na comunidade da Vila Pinto e juntamente com sua mãe quis ir além da aprendizagem, a partir da constatação de que havia pessoas na comunidade que tinham conhecimento em artesanato e costura.

Desde o princípio teve auxílio da AVESOL, reforçando o que havia sido comentado anteriormente, em termos da existência de atravessamentos institucionais diversos para o surgimento e manutenção das experiências de geração de trabalho e renda. Por indicação de técnicos ligados à FASC enviaram projeto para a AVESOL, através da qual conseguiram maquinário e verba para a realização de curso de corte e costura junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Começaram suas atividades nas dependências da Igreja evangélica a qual pertenciam as mulheres que deram vida à idéia. Hoje possuem sede própria, ao lado da Igreja, com dois ambientes amplos, sendo que ainda recebem auxílio da mesma para concessão de luz.

Ao todo participam oito pessoas. A rotatividade é grande, sendo esta dificuldade para constituição jurídica, uma vez que não existe número suficiente de pessoas que permaneçam vinculadas ao local. Como na Mãos Amigas Confecção estão em processo de regularização da experiência, sendo que a AVESOL está auxiliando.

Duas pessoas assumem a liderança na busca de recursos e elaboração de projetos. Reúnem-se diariamente, sem que exista definição de horário fixo. De modo geral, as participantes dividem-se no horário de permanência no local. As duas entrevistadas, que estão desde o início da Coopearte, ficam das 08h00min às 18h00min, às vezes 19h00min, enquanto as outras seis, ficam metade pela manhã, metade pela tarde.

Desde agosto de 2007, as dependências vêm sendo utilizadas para a realização de um curso de corte e costura oferecido para mulheres de comunidades circundantes, momento em

---

<sup>3</sup> Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos iniciado em 1989, quando Paulo Freire era Secretário Municipal de Educação de São Paulo. Reúne Estado e Sociedade Civil na tentativa de erradicar o analfabetismo.

que cerca de 20 mulheres passam pelo local, a maioria inserida em programa governamental de repasse financeiro. A formatura, marcada para dezembro de 2007, reunirá em um desfile as peças confeccionadas no curso.

O outro grupo não possui denominação fantasia, sendo conhecido como Grupo Santa Rita de Cássia, referente à Associação de Moradores Santa Rita de Cássia, da Vila Ipê, à qual o grupo está vinculado.

No ano de 2003, o pároco da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro estava iniciando a distribuição a famílias carentes, de latas de leite recebidas como doação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Uma voluntária, técnica de enfermagem aposentada, propôs que tais famílias pudessem não só receber uma doação, mas aprender alguma atividade laboral, pensando-se na autogestão futura.

Desde então, no refeitório da Associação de Moradores Santa Rita de Cássia, no alto do morro da Vila Ipê, cerca de 30 mulheres reúnem-se, as quintas-feiras à tarde, entre 14hs e 17hs para confeccionar acolchoados, cestas em jornal, flores de meia, entre outros itens de artesanato. O grupo apresenta rotatividade expressiva e a maioria das mulheres, atualmente, recebe algum tipo de bolsa auxílio do governo.

O espaço físico é restrito e chega a ser substituído pelo corredor da instituição, durante o verão, tamanho é o calor do local. A idéia era que houvesse a inauguração de um novo espaço até dezembro de 2007, local este erguido com verba de doações e que, futuramente, irá comportar uma padaria.

Não há estrutura definida, nem registro jurídico. Os pedidos de produção se concentram junto à voluntária que iniciou a experiência, e ela distribui, igualmente, os rendimentos obtidos, que são variáveis.

#### 4.1.2 Mulheres costurando sonhos

Penso que a riqueza mais expressiva da pesquisa está no trabalho de campo, momento em que imergirmos em um novo mundo, repleto de surpresas e desvelamentos.

Neste momento dividimos com o leitor uma fração do que oito mulheres se dispuseram a compartilhar conosco, de suas experiências na participação e protagonização de experiências de geração de trabalho e renda que podem ser consideradas bem sucedidas, uma vez que não sucumbiram às incontáveis dificuldades que tiveram que enfrentar. Digo uma fração porque se faz inviável manter a fidelidade à emoção dos encontros, que não pode ser transformada plenamente em linguagem verbal.

A fim de preservar suas identidades, combinação garantida no momento em que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as falas serão apresentadas em itálico, com o nome da experiência, seguidas do número um ou dois que refere-se à ordem de acontecimento das entrevistas.

Conforme descrito anteriormente, foram quatro as experiências pesquisadas, sendo que similaridades e divergências se fizeram presentes, relacionadas ou não ao tipo de iniciativa em que se inserem, mesmo porque não foi possível defini-las separadamente com a precisão que se esperava.

A partir das informações obtidas, não há como não reavaliar um dos pressupostos centrais deste estudo. Se inicialmente existia a prévia observação que sugeria que poderiam existir diferenciações expressivas entre experiências oriundas e apoiadas em uma realidade não-governamental, daquelas surgidas da parceria não-governamental e governamental, esta não pode ser uma afirmação advinda deste estudo. Isso porque as experiências pesquisadas não são puramente governamentais ou não governamentais. Para se erguerem e se manterem

futuramente, as mulheres lançaram mão da busca de auxílio e apoio onde as portas estiveram abertas, independente da origem das mesmas. Por meio de variados projetos, buscaram verba para construção de suas sedes, maquinário, capacitação, na iniciativa pública e ou privada, conforme a oferta de possibilidades.

Portanto, os dados empíricos a seguir relacionados, ainda que sejam apresentados identificando as experiências, em função dos locais por onde se chegou a elas – FASC/PAIF e AVESOL – não podem ser tomadas como duas realidades plenamente constituídas de forma diferenciada, pois são atravessadas, constantemente, por agentes governamentais e não-governamentais.

As temáticas amplas identificadas, que são ilustradas por falas de entrevistadas, que considerei mais expressivas, puderam ser divididas em quatro grandes grupos, os quais apresentam indicadores relacionados, grifados em itálico no corpo do texto. São elas: *Bastidores da Exclusão, Pedras do Caminhar, Práticas Exitosas, mas Ambivalentes e Mãos Múltiplas*. Não posso deixar de mencionar, é claro, que não há a mínima intenção de se apontar de forma estanque estas temáticas, mesmo porque seria impossível, dada a complexidade, os atravessamentos e as ambivalências presentes.

Um possível “mapa temático” com os indicadores, organização didática da autora, teria a seguinte disposição:

QUADRO RESUMO: Principais temáticas e indicadores das experiências de geração de trabalho e renda.

<b><i>BASTIDORES DA EXCLUSÃO</i></b>	<b><i>PEDRAS DO CAMINHAR</i></b>	<b><i>PRÁTICAS EXITOSAS, MAS, AMBIVALENTES</i></b>	<b><i>MÃOS MÚLTIPLAS</i></b>
<i>- Falta de Capacitação</i>	<i>- Entraves de infra-estrutura</i>	<i>- Concretização de sonhos</i>	<i>- Necessidade de apoio externo</i>
<i>- Idade Avançada</i>	<i>- Limitações para a expansão</i>	<i>- Novas formas de relação com o trabalho, com as pessoas, com a produção</i>	<i>- Facetas do acompanhamento técnico</i>
<i>- Preconceito Racial e de Classes</i>	<i>- Excesso de burocracia</i>	<i>- Permanência de práticas laborais capitalistas</i>	<i>- Ampliação do solidarismo</i>
<i>- Falta de creches</i>		<i>- Coletividade e Individualidade</i>	
<i>- Incapacidade e falta de interesse do pobre</i>			

Considero-me inclusive, de certa forma, costureira, pois respondi à árdua tarefa de unir diversos pedaços de uma verdadeira colcha de retalhos de inúmeras falas que em alguns

momentos se encaminham para semelhanças, em outros para diferenças, sendo esta heterogeneidade, o que faz com que o ser humano seja único.

### ***Temática 1 – Bastidores da Exclusão***

São englobados nesta temática os fatores que, possivelmente, conduziram as entrevistadas à adesão junto a experiências de geração de trabalho e renda, uma vez que denunciam a exclusão do mercado formal de trabalho, sendo que nem sempre existe consciência crítica das mesmas no sentido de pensar tais fatores dentro de um sistema hegemônico excludente, de modo a não ser rara a culpabilização pela exclusão.

*A falta de capacitação* foi apontada como um dos fatores que impede a inserção no mercado de trabalho, como demonstram as falas:

*Cada vez que tu vai ver um serviço, eu mesma tava querendo entrar para uma firma agora... mas ele querem mil e uma coisas ao invés de colocar teu serviço em prática. Tu não tem condições de mostrar. Pedem muito papel, muita coisas, quando eu acho que o interesse que eles tinha que ver em ti é te colocar pra trabalhar 15, 20 dias pra ver. Enquanto isso, eles pedem um monte de coisas no papel que, às vezes, tu não tem. Eu mesmo não tenho. Eu fiquei muito tempo sem trabalhar por causa da T. (uma das filhas) que era doente quando era pequena. De repente, a gente não teve oportunidade, mas se colocar a trabalhar a gente vai saber. Quando de repente se pegar alguém com os papel tudo em dia não vai fazer tão bem. Tem que botar pra experimentar (SANTA RITA 1).*

*Trabalho tem. Falta de capacitação. A maioria não tem estudo. A maioria não, mas uma boa parte (MÃOS AMIGAS 2).*

O ingresso na própria experiência de geração de trabalho e renda que, igualmente, necessita de pessoas capacitadas que possam atender às demandas do local, fica impedido, o que pode, em certo aspecto, implicar em repetição da exclusão dentro da própria experiência:

*Eu acho que quando a pessoa tem qualificação... Eu acho que não é difícil de arranjar emprego. O problema é que a maioria das pessoas não tem qualificação. Poderia até ter mais gente aqui, a gente precisa de mais, só que não tem gente com essa qualidade para trabalhar. Sabe e a gente não tem tempo de ensinar. Se tivesse... Eu acho que é o problema de tudo em geral. Não só aqui da região. As pessoas não tem qualificação. Todo mundo que eu conheço que sabe fazer alguma coisa, tá trabalhando. Costura é um custo caro, sabe. Mas é uma coisa que também tem gente que não tem esse dom também. O curso minha irmã foi ver e é 200 e poucos. Pra ela é caro (UNIVENS 1).*

*Às vezes não tem qualificação. Não basta querer fazer, tem que fazer melhor que tu pode, porque senão as vezes teu produto não tem aceitação(MÃOS AMIGAS 1).*

A idade avançada igualmente foi trazida como fator de impedimento na inserção no mercado de trabalho, sendo, também um fator excludente, como dizem as mulheres:

*Pra mim que já tava fora do mercado de trabalho, que não tenho mais idade pra começar de novo. Pra mim foi ótimo. Aqui eu produzo sem ficar dependendo de outro. Aqui nos temos pessoas de varias idades. E muito bom pra nós todas (MÃOS AMIGAS 1).*

*Eu preciso trabalhar. Eu preciso me sustentar. Eu tenho dois filhos adolescentes que ainda dependem de mim. E é daqui que eu tiro o meu sustento. Se eu sair daqui, mesmo que eu saiba costurar, é difícil em outro lugar me pegar, porque eu já tenho 51 anos. E difícil concorrer com uma menina de 25 (MÃOS AMIGAS 1).*

*Aqui tem umas quantas cooperativadas que já tem mais de 50 anos, Para elas seria difícil de arrumar emprego fora. Pra elas é bom , é perto de casa, não pega Ônibus (UNIVENS 1).*

O preconceito racial e de classes também foi mencionado, enquadrando-se nas artimanhas excludentes de nossa sociedade:

*A maioria aqui é negro, analfabeto e a vila, a Vila Pinto, ela é mal vista lá fora. Então são muitas dificuldades. Quando tu vai fazer uma ficha. Eu já enfrentei esse preconceito de preencher uma ficha, e aí quando tu coloca que mora na Vila Pinto já é discriminada. Pelo fato de morar numa Vila., porque tem forte potencial de, como é que é, de violência. Todo dia sai no jornal (COOPEARTE 1).*

A falta de creches, em número suficiente para atender a demanda, foi apontada, na medida em que impossibilita a disponibilidade para o trabalho, uma vez que não há com quem deixar os filhos. Por se entender que novamente a perversidade do sistema perpetua a seletividade de acesso, inclui-se este indicador na medida em que se trata de uma forma de excluir um número expressivo de pessoas do mercado formal e mesmo do informal.

*Falta de creche, porque não adianta a pessoa ir trabalhar e não ter onde deixar os filhos, né? Aqui dentro tem creche, mas são creches pequenas com uma população enorme. Creches pequenas que não cabem todo mundo. Daí, tem várias mães que não podem trabalhar por isso (MÃOS AMIGAS 2).*

*Muita gente com criança pequena. Arruma uma pessoa para cuidar, de repente o que vai ganhar não compensa. Eu mesmo já aconteceu (SANTA RITA 1).*

*Tem muita criança pequena. Ficam correndo e daí elas não conseguem dar atenção, fazer as coisas. Tinha que ter um lugar pra elas ficar (SANTA RITA 2).*

Por fim, as entrevistadas pareceram reproduzir a ideologia dominante de legitimação e naturalização da *incapacidade e falta de interesse do pobre*, mecanismo que contribui para a perpetuação da exclusão:

*O pessoal não tem aquele empenho que precisava ter pra fazer, sabe? D. I. (voluntária que iniciou o grupo) deveria dar um duro mais forte no pessoal, pra fazer os acolhoados, fazer a cestaria. Desse um duro mais em horário de largada e de chegada. O pessoal até diz que quer vender, mas sempre tem uma “função”. Acho que o pessoal sempre*



*tem um problema e outro. Não sei, mas acima de tudo acho que é um pouco de boa vontade. Tudo bem às vezes chegar 3, 4 horas, eu mesma as vezes precisei, mas tem algumas que tu percebe que tão mentindo. ... então por isso que eu digo. Daí a gente propõem vamos se encontrar uns dois ou três dias fora, montar um acolchoado pra nós. Até dizem que querem, mas ahã. Só que não acontece, sabe. Elas dizem: ah porque eu não posso porque eu tenho filho. Mas eu também tenho, filho. Eu to criando a minha neta sabe, então ,assim, eu tenho que dar um jeito. Justo por causa deles é que a gente tem que fazer alguma coisa, se não, não vai dar pra ter nada para eles. Ah, porque eu ganho PETI, eu ganho isso. A gente sabe que ajuda, mas não dá pra resolver problemas. Ganho no total 200,00 (PETI e bolsa família), mas 200 pra manter a casa não dá. Vai ser quatro crianças agora com a da P. grávida e aí? Duas ou três para se encontrar fora. Ah porque não vale a pena. Vale! No começo é difícil, mas vale (SANTA RITA 1).*

*Então eu já sugeri. Tem a feira. Uma ou duas e vai lá pra feira., Se vender, vendeu. Mas ninguém se anima a isso pro que? Não sei, elas nem tentam. Eu mesma pego meu carrinho e saio pra vender minhas coisas, pano de prato. Não sei o que que é. Mas a tendência é que tu vá uma vez e de que vá melhorá. E elas tem que ter consciência de que não vai vender sempre. Mas também não vai ficar sem vender (SANTA RITA 1).*

*Elas são muito desunidas. Só pensam nelas (SANTA RITA 2).*

A naturalização parece justificada pela culpabilização e preconceito como se a manutenção da pobreza e a exclusão fossem uma opção, uma escolha e não uma consequência que mantém o sistema capitalista em vigência, como se pode perceber nas falas:

*A partir do momento que tu tem um espaço pra ti trabalhar, tem um espaço pra ti conseguir trabalhar. Acho que é tudo o que tu precisa, e a tua boa vontade (MÃOS AMIGAS 1).*

*Não tem qualificação quando a pessoa não quer. A pessoa não quer melhorar. Tem gente que parece que assim tá bom. Não procura melhorar (UNIVENS 1).*

*Tem muito desinteresse da maioria. Tem muitas mulheres ali que querem tudo nas mão, não correm pra atingir o objetivo delas. Elas acham que só porque fazem parte do grupo, a gente tem que dar tudo de “mão beijada” (SANTA RITA 2).*

Pode-se perceber, por exemplo, ainda dentro deste indicador, certa culpabilização pela necessidade que, na maioria das vezes, é real, de que o retorno financeiro seja imediato:

*Tem grande rotatividade. Maioria das pessoas não persistem devido falta de retorno imediato. Querem pagar suas contas. Nos Grupo de Geração de renda a coisa não funciona assim, é bem lenta, devagar (COOPEARTE 1).*

*Tem que esperar pelas vendas, não entra recurso de nada. A gente tem a luz pra pagar. A gente tem água pra pagar. Às vezes a gente vende bem nas feiras, às vezes não. Às vezes a C. volta com tudo de novo (COOPEARTE 2).*

## **Temática 2 – Pedras do Caminhar**

Nesta temática incluem-se questões referentes às dificuldades na constituição e na permanência das experiências de geração de trabalho e renda.

Pensando-se em entender possíveis fatores que auxiliem para que a experiência de geração de trabalho e renda seja bem sucedida, objetivo principal desta pesquisa, as dificuldades apontadas pelas entrevistadas em termos de infra-estrutura, dentre outros fatores, para iniciar e manter as experiências, constituem-se em entraves contrários ao alcance deste objetivo, sendo, portanto, aspectos de considerável relevância para esta reflexão, na medida

em que, talvez, possam ser concebidos como ponto de partida e prevenção na assessoria de novos empreendimentos que venham a surgir.

Englobando o que poderíamos chamar de *entraves de infra-estrutura*, um primeiro exemplo de entrave seria a falta de estrutura física adequada

*Essa peça aqui até eu fiz massa e carreguei tijolo. As primeiras pedras, o alicerce, foi uma vitória. Não foi fácil, foi muita caminhada (COOPEARTE 2).*

*Primeiro ficamos no salão da capela, com todo mundo. Fomos ao Orçamento Participativo e conseguimos a primeira Incubadora Popular, trabalhava nós e outros empreendimentos, Mais tarde, fruto da participação em vários eventos, a Espanha conheceu e financiou para sede própria, hoje temos nossa sede. Terreno comprado com economia do trabalho e construção com dinheiro de apoio que parte dele estamos devolvendo (UNIVENS 2).*

*Não tinha sede própria. Iniciou com 15 pessoas. O terreno atual era ocioso. Houve comodata com a Igreja para ceder espaço. A casa anterior era precária. Foi uma luta a construção do espaço. Busca de recursos via chá, feira, reciclagem, doação (COOPEARTE 1).*

*O espaço é muito pequeno. Agora a gente tá na rua que é verão e lá é muito quente (SANTA RITA 2).*

A falta de maquinário apropriado é outro apontamento:

*Começaram com muita dificuldade. Falta de máquina, de material. Quando passaram pra cá foram melhorando, com o apoio do CESMAR, foram melhorando a capacitação, a costura (MÃOS AMIGAS 2).*

A necessidade de retorno imediato vem em seguida:

*No começo tinha mais mulheres. Só que a renda não... Era pouca coisa para fazer. Faziam 4 camisetas e iam embora. Daí umas foram desistindo. Ficaram 23, hoje são 24 com corte e serigrafia (UNIVENS 1).*

E por fim, a dificuldade para encontrar locais de comercialização dos produtos:

*Nossa caminhada foi longa e agora que nós estamos podendo parar e pensar. No começo era difícil. A gente levava mais era na raça mesmo porque que queria, porque queria ir pra frente. Porque muitas vezes dava vontade de desistir de tudo. Até então a gente se reunia e trabalhava. Se tu produz, às vezes tu tem a dificuldade de chegar no lugar certo para expor o produto. Por exemplo tem feiras. Quando a agente é um grupo é mais fácil. Mas tem pessoas que trabalham sozinhas, elas não tem muito acesso pra saber que tá acontecendo feira, como proceder para participar dela (MÃOS AMIGAS 1).*

Uma vez constituídos, surgem o que chamei de *limitações para a expansão* que parecem remeter ao início do processo.

Aqui se inclui a carência de verba para ampliar espaço físico:

*Falta forro pra essas peça. Nós mandemo projeto e nós semo assistida. Falta tinta, nós queremos pintar. Nós queremos colocar umas grades (COOPEARTE 2).*

Junto com o espaço físico, se faz necessária a ampliação de maquinário:

*Eu acho que a gente podia expandir bem mais. Vai ganhar maquinário novo, mas vai ficar muito aquém. Nossa idéia é crescer não só aqui, talvez em outra comunidade. Assim como a UNIVENS cresceu. Também começou como nós e até pior, porque não tinha espaço como nós (MÃOS AMIGAS 1).*

*Na verdade, nós vamos melhorar, pegar mais serviço, tamos ganhando máquina, pelo projeto daquele, do Big (Wal Mart). Quanto mais maquinário tem, mais trabalho (MÃOS AMIGAS 2).*

*Estamos num estágio em que é importante crescer e qualificar produtos. Exige maquinário mais qualificado do que se tem. A Justa trama quer avançar para fazer peças coloridas. É mais a inovação da nossa própria estruturação. Não tem nenhuma dificuldade que não possa estar ao nosso alcance. Poder trabalhar com mais prazo, a gente sabe que depende de uma organização melhor (UNIVENS 2).*

Finalmente a falta de recurso para capacitação também é uma dificuldade para a expansão:

*Falta oportunidade do grupo crescer, porque falta alguém pra ensinar a gente. O grupo quer trabalhar com coisa diferentes, mas não tem quem ensinar a gente. A gente precisa fazer coisas novas. Eu fiquei muito tempo sem fazer nada porque já sabia fazer tudo aquilo ali. (SANTA RITA 2).*

Na continuidade da experiência, *o excesso de burocracia*, também aparece como uma pedra, pois dificulta a regularização da mesma, arriscando sua auto-gestão.

*A gente quer registrar isso aqui. Mas vamo ter que espera ter gente. É muito papel, muita exigência. Às vez tem encomenda que quer nota e a gente não tem e aí perde a chance (COOPEARTE 2).*

Apresentou-se aqui uma série de fatores que podem ser concebidos como impedimentos em potencial para que a experiência de geração de trabalho e renda se desenvolva, sendo clara a presença constante da ambivalência acompanhando as práticas. Se por um lado aparece o desejo de expansão e ampliação, por outro permanece o receio pelo novo e o risco real de que a expansão não possa gerar renda para todos ou de que não tenha pessoas suficientes para que a ampliação se concretize.

### ***Temática 3 – Práticas Exitosas, mas Ambivalentes***

Abarquei nesta temática os aspectos trazidos pelas entrevistadas no que concerne a vivência da experiência de geração de trabalho e renda como bem sucedida, a ponto de conduzir à permanência na mesma. Contudo, a ambivalência percorreu este sentimento de êxito, de modo que tanto em relação ao relacionamento interpessoal, quanto a novas formas de relação com o trabalho, indicadores aqui contemplados, percebeu-se a existência de contradições.

Primeiramente pode-se dizer que a experiência de geração de trabalho e renda é tida como *concretização de desejos*, dando forma às expectativas individuais, às satisfações pessoais, que passam a ser compartilhadas na coletividade:

*Quando eu entro no portão, fica toda a minha luta lá. A gente dá bastante liberdade. As vezes final-de-semana, sábado, ela (referindo-se à filha que foi a outra entrevistada) me diz, mãe a senhora não precisa ir hoje. Mas eu tenho que abrir. Porque isso aqui é minha vida. Todas enfermidade que eu tinha, eu não tenho mais tempo de ficar enferma. Eu fico muito emocionada de falar. Isso daqui é muito bom, é maravilhoso. Se eu não tivesse aqui eu acho que eu nem vivia mais (COOPEARTE 2).*

*O meu passado e o que acredito para o futuro, podendo concretizar ele agora, e não amanhã. Minha vida inteira trabalhei na produção de fábrica, era mais uma, como todos meus colegas de trabalho. A gente era facilmente substituído. Final de dia se não tinha feito produto. Era fácil ser substituído, você fazia parte do todo. Outro fator que nunca me conformei é que essa é a fase melhor da vida, é a fase de vida economicamente ativa, você pega juventude, fase adulta, aquela fase que você está bem, não tem problemas de saúde. Tem que ser período bom, não pode só trabalhar para ganhar salário no fim do mês. Você precisa ter satisfação, isso significa que você tem 50 % da vida uma realização se você faz*

*algo que te dá prazer. Eu sei que isso pode estar longe da grande maioria, pois pessoas precisam viver, precisam abrir mão de algumas coisas. O fato da gente ter construído hoje a cooperativa é o sonho realizado. Hoje tenho prazer de vim para cá, acordar de manhã. Quando na fábrica não via hora de terminar o dia para ir para casa. Não tinha realização, não fazia parte daquele trabalho. Hoje assim eu chego final-de-semana eu acho legal que começa a semana de novo eu gosto de fazer cada coisa aqui dentro, tudo como sendo algo da gente. A gente não tá fazendo para alguém, ma para gente mesmo (UNIVENS 2).*

Outro indício de que a experiência de geração de trabalho e renda seja vivenciada de forma exitosa diz respeito a *novas formas de relação com o trabalho, com as pessoas, com a produção*, as quais parecem contribuir para que as mulheres permaneçam vinculadas às experiências de geração de trabalho e renda, visto que se sentem implicadas e participantes de seu fazer, como donas, livres para definir horários, próximas de suas famílias, responsáveis para se organizar financeiramente, dentro de uma lógica diversa da relação patrão-empregado:

*Isso aqui é minha vida. O dia que fecha essa porta disso aqui, não teria nem mais prazer de viver eu digo pra C. isso aqui é nosso. É da comunidade. Nós temos que fazer parte disso aqui, é sentir o que eu sinto, do amor disso aqui. A gente tem a liberdade a hora que eu tenho que ir embora eu vou. Aqui nós não temos horário. Eu já passei por todas essas coisas e eu sei que ser mandada não é fácil. Aqui ninguém manda ninguém. As gurias tem que se sentir todas donas (COOPEARTE 2).*

*Pelo salário também, aqui tá mais ou menos. Eu não tenho FGTS, férias, só que nos meses eu consigo, se eu guardar um pouquinho eu tenho isso (UNIVENS 1).*

*Estar aqui me ajuda financeiramente e profissionalmente. (MÃOS AMIGAS 2).*

*Aqui pra mim, pelo menos pra mim é o meu meio de vida, é o meu trabalho (MÃOS AMIGAS 1).*

A possibilidade de proximidade da família aparece como fator importante:

*Posso ir em casa. 11 h vou para casa e faço almoço. Meus filhos estudam perto e vem almoçar em, casa. Meu marido também. Se eu tivesse trabalhando numa empresa qualquer eu não tinha esse horário. Quando eu tenho que sair mais cedo e buscar minha filha eu pego e saio, Até aviso para não ficarem te procurando. A gente sabe quando tem muito serviço que a gente tinha que ficar um pouquinho a mais. Se eu precisar ir no médico... então eu gosto disso sabe. Eu fico pensando que uma firma não seria assim, normal. Na maior parte do tempo, a minha colega disse, né, isso aqui não parece uma empresa. Costureira tem flexibilidade de horário... Eu penso que em outro lugar, apesar das vantagens trabalhistas, eu não tenho essa flexibilidade de horário (UNIVENS 1).*

*Eu gosto daqui, é perto de casa. Às vezes as crianças vem aqui. E ficam comigo. Se fosse numa firma não dá. A minha filha vem e senta lá, fica lá brincando (UNIVENS 1).*

A satisfação com o resultado do trabalho fica evidente na fala a seguir:

*Então hoje quando a gente vê pessoas vestidas com as nossas roupas a gente fica feliz da vida. Ontem pessoal da França, mandou e-mail com as fotos vestindo camisetas que a gente fez. É sensação incrível... É a realização de um grande sonho, quando olha para trás dificuldades que passou, não conseguiria jamais há dez anos atrás, não daria para imaginar que tomaria esse rumo. Conseguiu se firmar no mercado. A gente tem pedido antecipados de um mês de prazo, a gente sabe que o dia de amanhã tem trabalho e depois de amanhã também e além do mais ter criado a cadeia do algodão ecológico que é... todo mundo dizia , quando começamos a pensar em juntar do elo dessa corrente, desde o plantio a fiação, tecelagem e a confecção e ainda agregar as sementes, todos diziam que era projeto para longo prazo, e agente não concordava, que era a longo prazo, afinal a vida da gente não é tão longa assim e as necessidades também se colocam. Faz uns cinco anos que vem pensando*



*a idéia e dois anos trabalhando. Em menos de três anos a gente conseguiu ir perseguindo isso e ver concretamente realizado (UNIVENS 2).*

Um contraponto, no entanto, refere-se à *permanência de prática laborais capitalistas*. Se por um lado as mulheres se sentem proprietárias, por outro ainda aparecem dificuldades para exercitar em plenitude este sentimento, transformando-o em ações concretas de autonomia e auto-gestão. Parece que ainda esperam que certas atividades fiquem concentradas nas mãos de alguns, como se pode perceber nas falas:

*A maior dificuldade na cooperativa foi mudar a mentalidade de que não se trabalharia para alguém, você é responsável e dono ao mesmo tempo. A mudança dessa mentalidade é o que talvez leve mais tempo para a gente se convencer. Tem que se convencer todo dia, pois sistema tenta forçar a gente a voltar. A principal dificuldade é esse sentimento de sentir que é nosso, que a gente não tem um patrão. Na escola a gente é educado para ter um patrão. A família nos educa pra isso, a Igreja nos prepara pra isso. O mundo nos prepara para isso. Mudar essa mentalidade de uma hora para outra. Muita gente entra adulto na cooperativa e tem a carga de um vida inteira em que teve patrão (UNIVENS 2).*

*Tava trabalhando aqui perto na casa de uma vizinha. Uma pessoa que trabalhava aqui falou que tinha vaga. Na minha imaginação eu achava que era pouco serviço. Pensei que elas não devem ganhar suficiente, que nem como a gente ganha numa empresa No inicio eu não vim (UNIVENS 1).*

A *coletividade e a individualidade* também foram trazidas, de forma ambivalente. Se por um lado a convivência com o grupo foi apontada como fator que leva à permanência no mesmo, as dificuldades de relacionamento interpessoal, quando não trabalhadas, podem se configurar em entrave para que a experiência efetivamente coloque em prática princípios solidários, podendo vir inclusive a sucumbir em função de tais dificuldades.

Por um lado, a convivência aproxima:

*É bom aqui. Tem também as gurias, a gente conversa, a gente briga. Cada um dá sua opinião (UNIVENS 1).*

*Um dos motivos é que eu amo as pessoas. Tu tem que gostar de trabalhar com as pessoas. Querer ajudar, resgatar. Quando começaram a fazer o curso a vida mudou (referindo-se ao curso que está ocorrendo no local desde agosto de 2007). Para elas aqui tem sido refúgio, e para mim gratificante. Não é só retorno de capital, de renda. Estão aqui estão” se achando”(COOPEARTE 1).*

*Na verdade eu só vim aqui fazer um serviço uma vez, porque elas tavam muito atrapalhada e me chamaram. Minha professora do CESMAR que indicou. E daí eu vim fazer e daí eu terminei esse serviço e fui ficando, ficando. Daí as gurias pediram pra mim ficar, né. E um dia eu tava com as duas pernas enfaixadas e tava em casa e foram me buscar em casa e eu vim com as pernas enfaixadas, porque eu sou a única pessoa da vila que sabe serviço de serigrafia aqui sou eu. Daí foram me buscar. Daí as gurias foram pedindo para mim ir ficando e eu fiquei. Eu realmente gosto de trabalhar aqui porque é um ambiente muito bom, a gente se da muito bem, todo mundo se conversa (MÃOS AMIGAS 2).*

*Essa relação de estar junto, de trabalhar junto. Porque eu trabalhei 4 anos sozinha na minha casa costurando para fora. Eu era muito feliz de fazer, isso, eu gosto de costurar. Dá prazer de ver as pessoas usando, vestida com roupa que você fez. Eu pensava, tô feliz de fazer isso, mas me faltava uma coisa: estar junto com outras pessoas tendo essa mesma felicidade. A Cooperativa é o complemento dos sonhos que eu sempre tive. Estar fazendo uma coisa que eu gosto, e não fazer sozinha (UNIVENS 2).*

No benefício da convivência, uma das questões que parece vir à tona diz respeito às dificuldades que são compartilhadas com outros no grupo, como referem estas entrevistadas:

*Funciona quase como uma terapia. Tu vai pra lá e conversa com um e com outro. Tu tem a função Vou pra lá queimada. Mas ai começa a ouvir um e outro. Uma hora funciona como uma terapia. Tu esquece de casa e tal (SANTA RITA 1).*

*A gente convivendo com outras pessoas e vendo que elas tem mais dificuldade que a gente, isso vai te superando, vai te crescendo, porque tu vê que tu perdeu a tarde ali, mas quando tu sair dali tu vai poder gerar tua própria renda. Pela amizade com as gurias. É legal. Convivência é muito importante. Tu chegar num lugar e te sentir bem querida. A gente se ajuda, o que uma não sabe a gente ensina (SANTA RITA 2).*

Por outro lado, o convívio também traz dificuldades de aceitação do outro, de administração das limitações, entre outros:

*E difícil as pessoas, o convívio, conviver com uma outra pessoa não é muito fácil, tem que saber lidar com as pessoas. Se tu trabalha em um local que tem um chefe então tu sabe que tem um limite. O que tu pode e o que tu não pode fazer. Quando tu trabalha num lugar onde tu pode ser patrão, mas eu também, as vezes tem divergência, e nem sempre é fácil chegar a um consenso, precisa mediadora (MÃOS AMIGAS 1).*

*Vai no banco quem não tem nada a ver com a contabilidade. É bastante gente. A pessoa vai uma vez no mês ou duas vezes no mês. Mas mesmo assim, esses dias deu briga. Tem uma senhora que já está há 11 anos na cooperativa e ela acha que não tem que ir. Ela disse que se fosse para ela ir no banco... ela disse que preferia sair. Essas pessoa não põem na cabeça que isso daqui depende de todo mundo. Era um imposto, a gente vai pagar na segunda e vai pagar com multa. É coisa que não pode atrasar. Ela tem que pensar que isso aqui também é dela. Quando a gente vem pra assembléia, ai tu fala. Tem certas pessoas que diz: Ah eu não faço isso, ah eu não quero fazer aquilo. Só todo mundo tem que fazer de tudo, para dar certo. Se tu diz que não vai fazer, eu também vou me achar no direito de não fazer. Tem muito desses probleminhas (UNIVENS 1).*

Esta temática expôs de forma mais explícita uma das questões que parece ser marcante em experiências de geração de trabalho e renda, a contradição, sendo a reflexão sobre esse aspecto de imprescindível importância para se entender o contexto vivenciado nos entremeios de tais experiências, auxiliando quem sabe para que os mesmos possam ser bem-sucedidos.

#### ***Temática 4 – Mãos Múltiplas***

Uma questão que ficou clara nesta pesquisa refere-se às redes de contato de contato que o grupo constitui com o objetivo de conseguir manter-se, uma vez que conseguem buscar auxílio e contribuição de variadas ordens em agentes diversos, sejam governamentais ou não. Posteriormente parece que o grupo igualmente se constitui em agente de mudanças na comunidade em que vivem, como se buscassem retribuir a ajuda recebida, o que aqui designei Mãos Múltiplas.

Na constituição das experiências, a *necessidade do apoio externo*, de fonte variada, em especial em termos de verba, pareceu inevitável para que os obstáculos pudessem ser superados:

*Começamos uma luta de construir um espaço. Foi com muito sacrifício mesmo. Buscando recurso sem ter onde, fazendo chá, fazendo feira, fizemos até reciclagem até, né, pra poder comprar cimento, tijolo. As pessoas doavam telha. Começou uma luta bem grande pra construir esse espaço. E a partir daí a gente conheceu uma pessoa do governo, procuramos por ele, e ele nos orientou a AVESOL. A gente mandou um projetinho pra AVESOL pra conseguir as máquinas. A AVESOL nos repassou esse material. Sempre na correria, a gente buscou o curso de corte e costura na parceria com Senac Comunidade e a professora veio e capacitou na época quinze pessoas (COOPEARTE 1).*

*Como nos tivemos apoio dos irmãos maristas, a primeira sede foi lá dentro do CESMAR. Ali tem curso de corte e costura. Fazia esse curso e participava da cooperativa. Agora, as colegas, L. e G., estão fazendo curso no SENAC. Fizemos um projeto pro BIG (Hipermercado) e ganhamos, nesse projeto, pedimos curso de corte e costura. Seria uma por vez. No momento, uma tá pagando e a outra não (MÃOS AMIGAS 1).*

*Eu crio meus filho sozinha. Eu tenho minha renda do PETI. As vezes eu quero comprar material, que nem agora no Natal, que tem saída, mas não posso. A gente recebeu ajuda do PAIF para os materiais, senão a gente não tinha como fazer (SANTA RITA 2).*

*O governo poder olhar mais para as entidades. A gente tem muito mais apoio das ONGS, das empresa, do que do próprio governo. Às vezes o governo nem sabe que a gente existe (COOPEARTE 1).*

Pensando-se no alcance da autonomia, um risco é que no processo de busca da autogestão, a dependência pode atravessar-se, impedindo assim que a experiência siga se tornando independente, de modo que, mais uma vez trabalha-se com ambivalências. A fala dessa entrevistada elucida este aspecto:

*Em função da participação em muitos eventos a gente acabou conhecendo a Espanha que nos financiou nossa sede própria. Hoje nós temos nossa sede própria. A construção foi com dinheiro de apoio e parte dele a gente ta devolvendo...A gente teve muitos parceiros que acreditaram na gente e apostaram na gente. Houve preocupação desde o início, como buscar apoio, sem depender do apoio. A gente não se acha auto-suficiente, mas a gente quer muita autonomia. Às vezes sai muito caro, a gente paga um preço por isso. Toda decisão que a gente tem a gente paga um preço...Tivemos apoio da Cáritas que devolvemos 50% do recurso, teve apoio Fundação IOSP que ajudou a equipar a alimentação, Fundação Luterana para folders e catálogos, AVESOL para tocar o prédio Na Justa Trama tem a Fundação Banco do Brasil e a Secretaria Solidária (UNIVENS 2).*

Inserir-se nessa temática o que entendi como *facetas do acompanhamento técnico*, sobre o qual ocorreram divergências de opiniões no tocante à importância e necessidade do mesmo, bem como em relação ao formato. Coincidências a parte, aqui talvez esteja uma possível particularidade a ser mencionada em termos da origem de acesso das experiências.

Neste estudo, as duas experiências cujo acesso se deu pela interface governamental e não governamental em parceria, salientarem a importância do acompanhamento, mencionando que entendem ser necessária a permanência:

*Eu acho que elas tem as idéias de todos que psicólogo é pra louco, ma eu acho que não. Elas tão sempre lá, deixam o papel pra mim e eu venho. Seu P. (assistente social do local) ajuda em tudo, encaminhar papel, está sempre pronto, para te atender, orientar, é pra renovar CPF, está sempre avisando a gente e fazendo. Se se queixarem do Seu P... Esses dias mesmo ele ligou pra cá, tirou minhas dívidas (SANTA RITA 1).*

*A assistência de psicólogos junto conosco... Temos momento de sensibilização. Eles trabalham junto conosco. O que é uma cooperativa, o que é uma associação, para as pessoas irem se habituando. Tem as oficinas, momentos de sensibilização, muito boas, eles sempre colocam pras pessoas. Trabalhar auto-estima das pessoas – Contam histórias sempre tem fundo importante. Teve a oficina das borboletas, 9 lagartas sempre ia saindo uma. Pra tudo tem uma saída. O símbolo da Coopearte é borboleta. No começo, a coisa é feia, sem graça, não é vista por ninguém, mas vai se transformar. Pessoas não acreditavam no começo, inclusive familiares : Vocês são loucas. Hoje muitos da comunidade passam na frente e nos perguntam, vocês dão cursos? (COOPEARTE 1).*

*Tocam em temas que elas ficam atraídas de falar, como drogas, violência. Muitas tem vergonha de dizer que apanham do marido, não falam para sua filha a importância de tomar comprimido. Antes a gente debatia mais e eu acho importante. As gurias ficam muito presa, eu acho que é bom pra elas, para ficar mais solta, eu acho bom pra elas, falar num grupo de*

*mulheres, que elas estão entre amigas. Acho que um técnico poderia conversar com elas (SANTA RITA 2).*

Em contrapartida, as duas experiências acessadas essencialmente por iniciativas não-governamentais entendem que o acompanhamento se faz desnecessário, uma vez que internamente eles buscam solucionar as dificuldades que surgem.

*A assistente social desde o começo, ela assistiu o grupo desde um mal-entendido. Agora ela não tem vindo. Tínhamos reunião todas às quintas. Hoje a padaria tem. Não temos mais. Tratava de tudo: fazer o projeto, como estava indo andamento. Funcionava como uma assistente social e uma psicóloga. Ajudou bastante. Ajuda. Quando a gente precisa, a gente chama ela. Parece que junto com o projeto (Wall Mart) vem uma assistente social que vai nos acompanhar o tempo todo, tempo integral (MÃOS AMIGAS 1).*

*A Psicóloga eu não sei porque... eu não sei porque vem aqui, porque na verdade a gente tem que trabalhar e pronto né? Eu acho que quando a gente precisa de psicólogo vai procurar e pronto Eu sou dessa opinião. Eu nunca entendi porque eles vem. Eles disseram que é porque eles vem fazer trabalho. Mas eu não acho necessário. Não acho necessário psicólogo aqui. Por que, aí, será que nós temos problema? (MÃOS AMIGAS 2).*

*Nunca teve ninguém na área técnica. A Psicologia da relação do trabalho a gente vai resolvendo ela aqui. A gente tem assembléia uma vez por mês e as questões que tem que ser colocadas, mesmo que sejam de relações que interfiram em todo mundo a gente coloca na assembléia. A gente tá fazendo curso de qualificação e está trabalhando questões interpessoais. Aqui não é problema. Pelo fato daqui as pessoas morarem todas aqui na mesma comunidade. Se você sair agora vai encontrar sócias no mercado. A gente preserva as relações interpessoais. Na fábrica a gente não tinha a preocupação em falar as coisas se saia torta ou direita, não tinha compromisso, Aqui a gente tem. É seu filho que brinca com o filho de outra sócia, a gente tá sempre junto. Não vou te dizer que as pessoas não tenham*

*problema. Pode ser que as pessoas até precisem de ajuda, por exemplo na relação com os filho (UNIVENS 2).*

E uma vez mergulhadas em práticas e vivências solidárias, as mulheres entrevistadas lançam mão do que chamarei de *ampliação do solidarismo*, onde incluo as manifestações e desejos de desenvolvimento local.

*Meu sonho é trabalhar com idosos, excluídos dentro da sociedade, trancados em casa, que levam família nas costas, sustentam a família toda. Com as vovós coisa de convivência (COOPEARTE 1).*

*Na comunidade tem muitas pessoas que vivem do artesanato. Como nós costuramos a gente junta muito retalho e nós doamos esse retalho para a comunidade. A gente recebe doação de muito retalho, de lã, coisas que nos não usamos, tudo isso é passado pra comunidade (MÃOS AMIGAS 1).*

O desenvolvimento local, além de se constituir em efetiva contribuição social, revela a satisfação pessoal das entrevistadas:

*As pessoas da comunidade falam: quantas coisas boas vocês trouxeram, e não são coisas que passam, vão ficando. Quando você tem 25 pessoas, você tem 25 famílias, amigos das famílias, tem um lastro muito grande que faz mudança. Tem a creche com 79 crianças atendendo. Você consegue avançar e as pessoas verem que tem seriedade. No entorno conseguimos criar iniciativas de desenvolvimento local, mudança social, tem outra cooperativa de reciclagem de papel. E a gente tem compromisso nacional de fazer mudança no país, que seja sobretudo com uma melhor distribuição de renda (UNIVENS 2).*

*Hoje tem um grupo de 23 pessoas aqui dentro. Temos professora 2 x semana (parceria FASC). Vão tentar resgatar alguém. Grupo ainda é informal, não conseguimos constituir por causa da falta de pessoas. Cooperativa precisa de 20 pessoas. Quem sabe*



*agora, né? Tem pessoas fora comunidade Morro Santana, Vila Ipê. O PAIF dá vale transporte (COOPEARTE 1).*

E assim fechamos esta primeira etapa da apresentação dos resultados, advindos dos “tecidos humanos” das experiências de geração de trabalho e renda, com a certeza de que a riqueza e complexidade dos dados fica limitada pela necessidade de compilação dos mesmos.

Vamos aos outros “tecidos humanos” desta pesquisa.

#### 4.2 Próximos tecidos humanos - Técnicos em foco

Neste segundo momento, são apresentadas as temáticas levantadas a partir das entrevistas de cinco técnicos. Destes, tem-se dois psicólogos e uma pedagoga que integram a equipe técnica da AVESOL e acompanham, portanto, as experiências que recebem auxílio prioritariamente de ordem não-governamental. Os outros dois técnicos são assistentes sociais, sendo um deles concursado pela FASC e o outro atuante, na Associação Santa Rita de Cássia, por intermédio de um convênio entre tal instituição e a FASC. O PAIF se faz presente compondo a equipe dessas duas últimas realidades.

Inicialmente, por meio das respostas fornecidas à questão: Como o programa (acompanhamento) se estruturou e qual a dinâmica de funcionamento, bem como a partir da pesquisa documental, explicita-se o formato do acompanhamento realizado, para posteriormente revelar as temáticas que emergiram das demais questões das entrevistas.

##### 4.2.1 Detalhando o acompanhamento

###### *4.2.1.1 Acompanhamento na AVESOL*

A AVESOL concentra o acompanhamento oferecido às experiências de geração de trabalho e renda em um de seus programas, intitulado *Comunidade Produtiva*. Atende experiências em diferentes momentos de constituição, chamando a todas de empreendimentos, nomenclatura que foi utilizada pelos técnicos nas entrevistas apresentadas a seguir e que será portanto referida neste recorte.

Consta no folder da instituição que o objetivo deste programa é “Promover a Economia Solidária, criando redes solidárias entre grupos e comunidades, reforçar a autonomia, a capacidade de iniciativa e sustentabilidade de associações populares voltadas à geração de trabalho e renda”. Uma pedagoga, dois psicólogos e dois estagiários de administração constituem a equipe que se divide na assessoria.

O acompanhamento contempla a análise de projetos enviados por empreendimentos à instituição, que geralmente buscam repasse de verba para estruturação, compra de material, maquinário, etc., sendo estimulado o retorno de parte deste valor, assim que o empreendimento tiver condições, para financiar outros projetos. Existe um Fundo Financeiro que mantém-se por meio de doações e que financia projetos quando possível, sendo que a idéia da rotatividade, ou seja a retro alimentação através dos grupos que já estão suficientemente organizados para retornar à AVESOL parte do valor recebido, é posta desde o princípio do contato.

A partir de tal contato propõem-se a formação e assessoramento nas demandas que o empreendimento apresentar. São oferecidos encontros sistemáticos de capacitação e formação que reúnem diversos grupos com o objetivo de troca de experiências, convivência, enfim, potencialização da formação de redes, sendo que os assuntos abordados advém de apontamentos dos participantes dos empreendimentos, bem como da observação dos técnicos da AVESOL que, igualmente, realizam visitas aos locais, inicialmente mais freqüentes,

tendendo a ficar espaçadas conforme se entender, conjuntamente com o grupo, que a demanda diminuiu. A característica primordial do assessoramento é o dinamismo, na medida em que vai se construindo conforme a situação de cada grupo. Como coloca uma das técnicas: *“A cada ano a gente revê a proposta conforme o contato com os grupos”*.

Os estagiários de administração passaram a integrar a equipe recentemente a partir da percepção dos técnicos quanto a demandas que ultrapassam conhecimentos da Psicologia, Assistência Social ou Pedagogia, inserindo-se na administração, na gestão de produtos, especificamente falando. O tempo em que os profissionais estão inseridos na tarefa de assessoria variou entre um e seis anos.

No tocante à experiência na realidade da Economia Solidária, a pedagoga, que é coordenadora do programa supracitado, atua há aproximadamente seis anos na área. Já a experiência de um dos psicólogos é de cerca de dois anos, sendo que este vem buscando ampliar sua capacitação através da realização de Mestrado Acadêmico na área, enquanto a outra psicóloga entrevistada atua a um ano na área, proveniente da realidade de Psicologia Organizacional. Todos referiram que o aporte teórico da graduação não foi suficiente para suprir a demanda prática atual.

Desde 2006, os empreendimentos estão divididos por rede de segmento, sendo esta divisão igualmente válida para o acompanhamento. Enquanto um psicólogo é responsável pela rede de alimentação e artesanato o outro se responsabiliza pela costura, sendo que se tem a idéia de ampliar as redes para outros segmentos de produção acompanhados como agricultura familiar, reciclagem, etc. A pedagoga e os estagiários contribuem em ambas redes. Na opinião dos técnicos tal divisão tem sido benéfica, na medida em que os empreendimentos estão podendo conhecer outras iniciativas da mesma linha de produção, de forma a facilitar a constituição de redes que possam auxiliar em especial na comercialização dos produtos. Os psicólogos da AVESOL explicitam em suas falas:

*Planejando nosso trabalho a gente pensou em juntar os grupos. Trabalhar mais em grandes grupos. Se formou a rede. A gente separou primeiro por regiões. Daí a gente viu que não tava dando resultados. Daí a gente resolveu trocar o foco. Daí a gente juntou por segmentos. Basicamente nossos grupos: alimentação, costura, artesanato, reciclagem. Tá no início esse trabalho de tentar unir os grupos pra tentar... tem várias coisas que a rede pode trazer. Compra de materiais em conjunto. Trabalho que tá iniciando, tem idéia, tá no início liga grupos, participa bastante. A gente que faz essa mediação. Espera mais adiante poder fazer com que eles caminhem mais sozinhos. Reunião de rede que ocorre uma vez por mês. Eles se articularem e se ligarem. Trabalho nosso de poder trabalhar mais o protagonismo.*

*A partir da análise das regiões e grupos, dividiu-se em redes regionais: empreendimentos da zona norte, leste, sul, centro e ilhas. A adesão foi pouca. A idéia era que o desenvolvimento local pudesse avançar, o grupo pensar para fora. Optamos então por redes por segmento: artesanato, costura, alimentação e reciclagem. Para os grupos assumirem auto gestão, troca de informação, repasse de materiais que sobraram de um grupo para o outro. Uma das dificuldades da Economia Solidária é pegar grandes encomendas, por falta de nota fiscal. Na rede há empréstimos de nota fiscal. Quando se coloca com iguais fortalece.*

Fazendo uma análise crítica do assessoramento, um dos psicólogos da AVESOL expôs que: (...) desenvolver política. Passa por formação política. A gente pensa que grupo não sabe, mas ele sabe fazer a rede – para quem pedir o que. A gente tem o conhecimento científico, mas a realidade é deles.

#### 4.2.1.2 Acompanhamento FASC/ PAIF

O PAIF, conforme explicitado anteriormente, por meio de dois psicólogos e três educadores sociais soma-se às equipes da FASC que se concentram nos chamados Centros Regionais. Tais locais se destinam ao atendimento à comunidade e são localizados em diversas regiões de Porto Alegre. As experiências pesquisadas estão vinculadas ao Centro Regional da Zona Leste, o qual é conveniado a variadas instituições não governamentais da redondeza, que recebem recurso financeiro do município de Porto Alegre para manterem a estrutura de atendimento, com um assistente social, visto que, em função da ampla região física, seria inviável que somente o Centro Regional oferecesse o acompanhamento às comunidades que necessitam acessar a assistência social.

Não há estrutura padrão definida de assessoria, sendo elaborada conforme o contato com a realidade.

As duas experiências pesquisadas, portanto recebem acompanhamento diferenciado. O grupo Santa Rita de Cássia tem o assistente social da instituição à disposição, o qual auxilia de forma mais individualizada, com assessoria dos psicólogos do PAIF, que atendem individualmente e realizam reuniões esporádicas com o grupo. Já o assessoramento na Coopearte, neste momento, em que o local está sendo espaço físico de realização de um curso de capacitação de corte e costura, organizou-se por meio de oficinas vivenciais que estão abordando temas variados, com utilização de dinâmicas de grupo.

#### 4.2.2. Técnicos costurando idéias e ideais

Antes de iniciar esta apresentação, de modo a preservar a identidade dos entrevistados, optou-se por identificá-los pela entidade/ programa pelo qual foram acessados. Dessa forma, criou-se a sigla TPAIF para os técnicos que atuam na esfera governamental em interface com não-governamental, mesmo que neste caso nenhum dos entrevistado seja

integrante direto da equipe do PAIF e TAVESOL para os técnicos atuantes no âmbito não-governamental, dos locais aqui pesquisados.

As falas dos técnicos foram reunidas em três temáticas, que como nas experiências e geração de trabalho e renda anteriormente descritas, são permeadas de indicadores, grifados em itálico na seqüência do texto. De forma ampla, portanto, tem-se *Percalços do Entorno*, *Pensar e Agir Desafiados* e *Fazendo e Aprendendo*. Novamente não há como deixar de lado as inter-relações entre as temáticas e os indicadores que não podem ser concebidos independentes, mas sim interdependentes e aqui separados no intuito de facilitar a visualização do fenômeno.

De forma a auxiliar a leitura das informações, um novo “mapa temático” foi elaborado:

QUADRO RESUMO: Principais temáticas e indicadores dos técnicos

<b><i>PERCALÇOS DO ENTORNO</i></b>	<b><i>PENSAR E AGIR DESAFIADOS</i></b>	<b><i>FAZENDO E APRENDENDO</i></b>
<i>Precariedade de espaço físico</i>	<i>Insuficiente instrumentalização prévia</i>	<i>Necessidade de escuta das demandas do grupo</i>
<i>Restrita oferta de locais para comercialização</i>	<i>Carência de Recursos Humanos para acompanhamento</i>	<i>Técnicas vivenciais</i>
<i>Falta de recursos para acompanhamento</i>	<i>Superação de entraves para intervenções rumo à autonomia.</i>	<i>Auxílio e a estimulação na constituição de redes solidárias</i>
<i>Limitações de conhecimento em nível empresarial</i>	<i>Intervenções no relacionamento interpessoal</i>	

### ***Temática 1 – Percalços do Entornos***

Aqui estão compreendidos os desafios e contradições estruturais, por se tratarem das questões ampliadas, “do entorno”, as quais já foram sinalizadas pelas mulheres das experiências de geração de trabalho e renda como presentes neste complicado contexto, sendo novamente referidas pelos técnicos.

Os indicadores englobados referem-se às dificuldades operacionais em geral, como limitações de infra-estrutura física, de conhecimentos técnicos, de recursos para repasse e de local para comercialização da produção. Estes aspectos, já haviam sido evidenciados nas temáticas das mulheres entrevistadas e novamente foram identificados pelos técnicos como fatores a serem superados para que a experiência de geração de trabalho e renda possa surgir e se manter. A intencionalidade de separar tais aspectos justifica-se pelo fato de corresponderem a fatores prévios que provavelmente deveriam ser garantidos, visto que correspondem à base mínima para que uma experiência possa iniciar e se manter.

Começemos pela *precariedade de espaço físico*:

*O espaço físico é precário. Estão construindo um outro prédio, que vai inaugurar em dezembro, onde vai funcionar uma padaria. A verba vem de auxílios, da Alemanha, são R\$ 20.000. Hoje em dia, não tem lugar definido, é feito no refeitório ou no corredor. Material via doação, não tem verba específica. Pessoas vão doando. Transporte tá oneroso. Me lembra o tempo das pirâmides. Vai uma média de 90 reais em cada carregamento vai um dia todo carregando. Ai vai ter espaço físico específico (T.PAIF).*

Em seguida temos a *restrita oferta de locais para comercialização*:

*A questão da comercialização é bem difícil. Promovemos as feiras da cidadania, nas escolas maristas, mas é pouco, até porque nem todos os grupos podem participar pois o*

*espaço é pequeno. No começo tinha poucos grupos, não tinha muito que escolher. Grupos que a gente tava acompanhando no momento, expunham. Esse ano cresceu muito. A gente fez uma reunião com todos os grupos que já participavam e grupos que a gente apoiava. Se estabeleceram critérios: grupos que estão na AVESOL e que a gente viu a resposta, porque a gente também quer um retorno. Grupos que tem esse retorno também entram nesse critério. Um dos critérios é a qualidade do produto. Tem quatro escolas, grupos numa escolas e outros em outras. Outros grupos em outra caminhada, não necessitam da feira, resolveram abrir mão (T. AVESOL).*

É importante ressaltar que em termos de carências financeiras, um dos apontamentos refere-se à dificuldade da própria instituição que acompanha dispor de recursos que possam ser disponibilizados às experiências de geração de trabalho e renda, sendo esta, obviamente, uma ótica diferenciada daquela exibida nas experiências, uma vez que fala dos investimentos que deveriam ocorrer, quer pela iniciativa governamental, quer por outras origens. *A falta de recursos para acompanhamento é referida da seguinte forma:*

*Tenho uma preocupação, como entidade, de que cada vez tem menos recurso. Se a gente falar hoje da SENAES, que bom que foi criada, mas ainda é muito pequeno. Agora saiu edital para Centros de Formação de Economia Solidária da região sul. Mas é para formação de formadores, o que também é importante. Mas tem a questão de como dá condições de trabalho, estrutura, não dá financiamento para isso. As entidades religiosas que viviam com cooperação internacional e cada vez tem menos dinheiro para isso. Cada vez menos recurso e significa menos estrutura. Tem muitas entidades como nós com Fundo zerado esse ano, como o CAMP<sup>4</sup>, por exemplo (T. AVESOL).*

Neste sentido, parece que a constituição de parcerias poderia ser uma saída:

---

<sup>4</sup> Centro de Assessoria Multiprofissional que oferece qualificação e capacitação a grupos de organização popular. Possui atuação expressiva em experiências de geração de trabalho e renda.



*A questão da infra-estrutura. Os grupos fazem milagre com uma estrutura mínima. É na sala de uma, na garagem de outra, numa pecinha que alugaram. Os grupos começam com aquilo que tem na comunidade e muitos com aquilo que não tem. Precisava de política pública que bancasse isso. O Fundo esse ano não conseguiu apoiar projetos novos (T. AVESOL).*

*Para te exemplificar com a Coopearte, se precisou de recurso, como vale transporte, compra de materiais e se conseguiu com o PAIF que é verba federal. Elas tem algumas máquinas, mas não são suficientes. Também pra pagar a mão de obra que é a professora (T. PAIF).*

Outra carência sinalizada, a qual não foi referida pelas entrevistadas das experiências de geração de trabalho e renda, corresponde às *limitações de conhecimento em nível empresarial*, abarcando aqui conhecimentos técnico na área de cálculos, gestão, etc.

*Tem uma demanda que o grupo não chega aqui pedindo, talvez porque não consiga identificar, que é a demanda da gestão. Desde como eu divido lá o dinheiro, até as questões das relações interpessoais, quem faz o que? Isso tá organizado, tá dito? As funções... Todo mundo participa na hora de decidir as coisas. O grupo não traz assim, mas a gente vê que é isso. Muitos grupos precisam desse auxílio. Mas não é alguém que vai lá toda a semana dizendo o que fazer (T. AVESOL).*

*Dúvidas, o que é melhor a gente fazer com o dinheiro. Questões de administração; Pessoas mais líderes conseguem se organizar melhor. Não tem alguém que tem essa visão (T. AVESOL).*

*Tem a dificuldade de organização financeira, alguns não sabem calcular... entrada e saída, gestão mesmo (T. AVESOL).*

Como se pode perceber no tocante às dificuldades do entorno, de modo geral, aparecem similaridades quando comparadas às informações das entrevistas com as mulheres das experiências de geração de trabalho e renda.

Sem hierarquizar a importância, a seqüência de resultados a seguir, particularmente, configurou-se na mais relevante, visto que propiciou algumas futuras reflexões quanto à intervenção junto a experiências de geração de trabalho e renda, uma das grandes motivações para a realização desta pesquisa. Vamos a eles.

As temáticas *Pensar e Agir Desafiados*, bem como *Fazendo e Aprendendo* estão mais diretamente vinculadas à prática propriamente dita, em termos das complexidades encontradas na construção de um fazer de certa maneira novo, no contexto da Economia Solidária, junto às experiências de geração de trabalho e renda.

### ***Temática 2 - Pensar e Agir Desafiados***

Contempla-se nesta temática os indicadores que apontam para as nuances da atividade técnica que se apresentam no cotidiano das experiências de geração de trabalho e renda e que se colocam como caminhos para pensar e agir em Psicologia e outras áreas do conhecimento.

Um primeiro fator remete à *insuficiente instrumentalização prévia*, ou seja, aos conhecimentos que puderam ser adquiridos na academia e que não se mostram suficientes para atender às complexas demandas que se apresentam nas experiências de geração de trabalho e renda.

*Sempre gostei da Psicologia Social. Porque vejo a possibilidade de prática real, que levasse à transformação social. Mas durante a faculdade, no estudo e prática de estágios havia descontentamento com o que eu via. Na Economia Solidária eu acredito que seja uma das práticas que possa levar à prática concreta. Trata-se de um micro movimento, micro*

*política que vai transformando as coisas. Como que organizando a esfera laboral, organizasse a esfera subjetiva. Melhoria auto-estima, transferem para suas casas (T. AVESOL).*

*Na formação houve pouca contribuição. Academia parece 20 anos atrás da realidade. Não contribui para o olhar da prática comunitária. A participação específica em estágios foram fundamentais e estudos “por fora”. A formação acadêmica tem ranços. Psicologia voltada par mercantilização da profissão. Não há interesse. Se tenta encaixar as teorias. Academicamente falta respaldo teórico. Cooperativismo tem mais de um século. Falta respaldo institucional teórico, mas não teoria (T. AVESOL).*

*Minha formação é da Ulbra e pelo menos do meu tempo é uma formação bem clinica. Acho que isso me ajuda de trabalhar essa parte, de pessoas mesmo. Ver com o grupo com as pessoas, ajudar eles a perceberem as coisas (T. AVESOL).*

Em seguida tem-se a *carência de Recursos Humanos para acompanhamento*, situação comum em termos de políticas públicas.

*É difícil. Sempre se conta com poucos recursos, poucos materiais, com pouco auxílio técnico. Se conta com a criatividade de ambos (T. PAIF).*

*Pela limitação institucional, a gente tá quase que toda semana em Porto Alegre. Com a região metropolitana é diferente. Tu perde um turno para ir a Gravataí, por exemplo. Lá a agente faz outras dinâmicas. A gente consegue carro emprestado, usa carro próprio, ônibus. A gente dá um jeito. A gente às vezes acaba apagando incêndio daqueles mais próximos. Os mais próximos tem acompanhamento mais sistemático. (...) Mas se tu não tem grana pra pagar pessoal como é que tu acompanha (T. AVESOL).*

Na seqüência, um dos principais desafios para se pensar e construir uma prática diferenciada, em minha opinião, refere-se à *superação de entraves para intervenções rumo à autonomia*.

Este indicador é atravessado por discussões muito pertinentes. Na tentativa de fomentar a autonomia, como as próprias protagonistas das experiências solidárias referiram, emerge a necessidade do rompimento de crenças, lógicas, comportamentos recorrentes, como referem os técnicos:

*Basicamente assim, a questão do protagonismo, deles terem iniciativa de buscar espaços de comercialização, redes, contatos com outros grupos a gente vê que ajuda bastante (T. AVESOL).*

*A lógica do trabalho é do patrão empregado. Um que me manda e eu obedeco. É aí que pega o nó, na medida em que eu tenho que decidir com o outro o que nós vamos fazer. Isso envolve autonomia, auto-estima, sentimento de pertença naquele grupo, naquele espaço, naquele trabalho. Tem coisas para trabalhar antes do trabalho, antes da produção. Isso às vezes é instrumento para sanar outras coisas. (...) Um grupo de geração de renda que não discute princípios da Economia Solidária reproduz em seu micro espaço a lógica do mundo do trabalho, o que a gente não quer (T. AVESOL).*

Muitas vezes a dependência vem sendo reforçada pelas práticas e entidades assistencialistas. As falas ilustram estas colocações:

*Grande parte dos grupos são oriundos de programas assistenciais. É difícil apropriar-se de um novo processo. Como o grupo vai lidar com finanças? Com o tempo percebem que melhorou em casa também. É o processo de indivisão mundo do trabalho e mundo pessoal (T. AVESOL).*

*Muitas, a maioria, recebe de algum programa. Às vezes elas se contentam com isso e a gente precisa ajudar a pensar que pode ir além e que esse valor acaba um dia. T. PAIF.*

*É um pensamento atual do grupo se constituir cooperativa. Um dos atrativos, além do aprendizado, era o leite, que o correio dava e agora foi vendido, vem o último lote. Algumas pessoas vão desistir (T.PAIF).*

*Tem situações desastrosas em que um grupo se manteve em uma instituição de determinada maneira porque ela precisava que ele estivesse lá. A meta nossa é desenvolver autonomia. A gente conhece entidades em que a idéia é ter eternamente, em determinada sala, um grupo. O grupo não se institui grupo, tem alta rotatividade. As pessoas não reconhecem como trabalho, mas como atividade laboral (T. AVESOL).*

*Nas atividades mais prolongadas (referindo-se a encontros de formação de dois dias que ocorrem no decorrer do ano) os grupos fazem trocas. Alguns grupos acompanhados por outras entidades, aqui a crítica direta à lógica assistencial, ficam sabendo com outros grupos que as coisas podem ser diferentes. Ah, então vocês todos sentam e resolvem, não é a fulana ou beltrana que dizem como fazer. É um fio muito fininho até onde a gente tá provocando e quando a gente começa a fazer por. Tem que ser muito crítico e é por isso que a gente se provoca bastante (T. AVESOL).*

*(...) A prefeitura nos pede para que a gente faça oficina com os técnicos de tal região. E a gente vai, porque a gente entende que é papel. Porque sabem que a gente faz isso. Esse trabalho é tão importante, mas a gente não tá garantindo recurso para continuidade (T. AVESOL).*

O próprio técnico, por vezes, percebe a necessidade de quebra de sua própria lógica de intervenção:

*Pelas coisas em que eu acredito, a minha tarefa é provocar. Porque o grupo tem que desenvolver as suas próprias estratégias, a sua saída para determinado problema. A gente tem que ter muita clareza de onde termina o nosso papel e onde começa o papel do indivíduo que tem que se descobrir no grupo. Me lembro de uma situação em Candelária onde eu quase me perdi. Um grupo de padaria onde estavam quase se matando. Uma fulana lá, queimava tudo o que ela fazia e estava colocando o dinheiro delas fora. Como podia isso? Essa pessoa era muito comprometida e entendia grupo como grupo. Eu cheguei num dia lá*

*em que elas estavam discutindo, porque tinha fornada queimada. O forno era bonitão, cheio de regulagem. Eu fiquei numa situação complicada. Eu não podia defender a fulana, porque o dinheiro tava indo fora, há uma semana. Quando eu não via mais jeito, me deu um estalo: como liga esse forno? Gurias como liga esse forno? Eu ligo aqui, aqui. Pedi para que E. me mostrasse como liga. Ela me mostrou como fazia e tinha o seletor de temperatura. Tá E. não tem que mexer aqui? Ah eu não enxergo direito. Pedi para que ela lesse pra mim e ela disse que não conseguia. Ela disse que não tinha dinheiro para o óculos. Deixei elas naquele dia. Voltei no outro dia e com o dinheiro da semana dariam entrada e a E. ia pagando uma colega, porque ela não podia tirar os óculos. Ela tinha até receita. Eu já tinha esgotado todas as minhas provocações. Até que na hora me deu aquele estalo. Era muito simples eu chegar lá e dizer o que fazer, mas elas tinham que chegar. Esse grupo teve um antes e depois dessa situação, de se ouvir mais, uma saber da outra. A gente tende a achar que a gente tem sempre a solução (T. AVESOL).*

Por fim, têm-se as *Intervenções no relacionamento interpessoal*. A convivência, permeada de ambivalências, já havia sido referida pelas protagonistas das experiências de geração de trabalho e renda. Se por um lado aproxima as pessoas, igualmente dificulta a continuidade das experiências, sendo necessário, portanto, atentar para este fato, na medida em que existe a intenção do técnico contribuir junto a experiências de geração de trabalho e renda.

Os técnicos pontuam ser o relacionamento interpessoal um dos principais focos de intervenção, sendo por isso enquadrado como um desafio a ser pensado na construção da prática da intervenção junto a experiências de geração de trabalho e renda, inclusive no tocante aos limites do intervir, o que nos remete á autonomia sobre a qual falávamos anteriormente.

*Tem umas que saem de lá de noite. Ficavam em casa pensando. Agora estão lá, podendo conversar, trocar (T. PAIF).*

*Vejo que nos encontros de dois dias, que a casa é ótima, elas se sentem num spa, sentadas no sofá tomando cafezinho, conversando com outras mulheres. É uma festa, e a Casa da Juventude (CAJU<sup>5</sup>) e vista como um hotel cinco estrelas. É a oportunidade de viver algo diferente do que tem em casa. (...) Muitas, quando o grupo começa a andar e elas se percebem gente, elas se separam colocam fim em muitas histórias de violência, de ele que decidia o que comer em casa, tal pedaço era dele. Perverso assim. Elas conseguem se fortalecer de tal forma que começa a mexer na vida assim, pelo contato com os outros, que vivem coisas similares (T. AVESOL).*

*Questão das lideranças. Trabalhar com o grupo vários tipos de liderança. Achar lideranças. Ver que cada um tem mais características para alguma coisa (T. AVESOL).*

As dificuldades de relacionamento relacionam-se de forma visível com a dificuldade de romper a lógica capitalista e hierárquica, como pode ser percebido nas falas a seguir.

*A partir das dificuldades que a gente vê: relacionamento. Se pessoas puderem se aceitar mais, conhecer mais umas as outras para poder trabalhar junto e melhor (T. AVESOL).*

*Gestão da pessoa inter-relacional. A cultura é de hierarquia. É difícil a auto gestão, pois tradicionalmente atribuem responsabilidades para uma pessoa, há personificação de problemas, vem a briga e a falta de integração (T. AVESOL).*

*Tem um grupo que eu me lembrei agora que a gente tava acompanhando que era um grupo da zona sul. E a gente viu que era questão de relacionamento mesmo. Algumas tem vontade de crescer. Tem uma feira, vamos lá. A gente sabe da dificuldade do grupo se estabelecer. Acaba o grupo se dividindo. Querem evoluir, fazer algumas, coisas, ter lucro,*

---

<sup>5</sup> Espaço físico localizado na Zona Sul de Porto Alegre, pertencente aos irmãos maristas destinado à realização de encontros diversos.

*dividir esse lucro. Outras pessoas que não, tão fazendo aquilo e querem ver dinheiro logo. Tem que batalhar, não da pra desistir. Questão de objetivos. Pessoas não se fecham, não conseguem conversar e decidir as coisas,. Pessoas acabam saindo. Neste grupo da zona sul aconteceu isso. Eram em quatro pessoas. Duas sabe que grupo de geração de renda é assim, demora e outras não porque precisam de dinheiro, gastam passagem, ainda não conseguiram ter algum lucro, alguma coisa assim, se desgostaram. Ontem vieram aqui para pedir uma ajuda ver o que que elas fazem. Ficou só duas. A gente sempre diz que se tiver duas pessoas que tão afim já é um começo (T. AVESOL).*

Parece que neste âmbito, explicitam-se as possibilidades de contribuições específicas da Psicologia.

*A Psicologia pode contribuir na compreensão das relações pessoais, a ligação entre o mundo subjetivo, objetivo, as interfaces com questões sociais. Da Sociologia Critica uso o conceito de trabalho e relação. É a Chave de ouro da Psicologia. Se não trabalha a relação, na primeira grande demanda, o grupo briga. Extrapola o processo laboral, pois esta é a lógica vigente. A prática de ajuda mutua extrapolando ambiente de trabalho, lazer. A essência da prática associativista, está em princípios da Psicologia (T. AVESOL).*

*Eu vejo mais, até pela minha formação, Tu também é psicóloga, né? Essa questão do relacionamento, gestão de pessoas. Como eu tô agora tendo contato com Economia Solidária, tem algumas coisas básicas que a gente já pegou. Eu vejo que eu tenho mais a dar nos grupos nesse sentido, de relacionamento, de gestão. Poder auxiliar. Pode questionar com o grupo o que pode ser feito, como é que a gente pode resolver. Meu trabalho seria mais isso (T. AVESOL).*

### **Temática 3 - Fazendo e Aprendendo**



Aqui estão contempladas algumas estratégias técnicas as quais denotam a necessidade de lançar mão da criatividade para superar a gama de desafios mencionados durante estes resultados.

Um primeiro apontamento dos técnicos diz respeito à necessidade de *escuta das demandas do grupo*, construindo a prática junto à própria experiência de geração de trabalho e renda e não por ela, identificando o potencial do grupo em questão.

*Poder saber o que eles querem. Procurar conversar com as pessoas e saber que curso eles querem fazer. Conversar com eles e encaminhar (T. PAIF).*

*Tem que saber do que que elas gostam. O que querem fazer. Às vezes tem curso que não tem nada a ver com o que as famílias gostam. Tem que escutar elas (T. PAIF).*

*A gente deixa mais pro grupo se estruturar. Se eles trazem necessidade ou que a gente vê que tá acontecendo no grupo e o grupo não tá podendo ver. Faz parte do trabalho ver as coisas e mostrar. A gente pensa mostrar e que o grupo também possa entender aquilo. Talvez não seja momento do grupo de ver aquilo. A gente tenta mostrar as coisas e se o grupo pegou, pegou (T. AVESOL).*

O fazer construído na coletividade parece encontrar nas *técnicas vivenciais* possibilidades fecundas de atividades.

*To indo quinzenalmente contar histórias. Vou trazendo histórias a partir da fala . delas. Elas dizem: tu traz essas histórias, faz a gente chorar e depois fica tudo bem. A assessoria se dá por meio de oficinas de sensibilização e reflexão sobre como está o grupo, que momento é este. Elas conseguem aproveitar muito as histórias, transpor para a vida delas (T. PAIF).*

*A gente elege temas, pela nossa percepção e pelo que o grupo traz e trabalha com vivências. Para elas é muito bom, se vêem de outra maneira (T. AVESOL).*

Por fim, o auxílio e a estimulação na constituição de redes solidárias igualmente foi mencionado e entendido como estratégia a ser posta em prática junto a experiências de geração de trabalho e renda:

*Ainda não está sendo tão trabalhado o desenvolvimento local, as redes. O curso que está acontecendo foi porque O PAIF articulou. O grupo não está conseguindo se mobilizar. O grupo está tão perdido, que elas estão tentando se encontrar. No próximo ano eu acho que vai ser o momento que aumentar a visibilidade. Na formatura, quando elas vão expor a produção acho eu vai ser um bom momento. A experiência do curso tem ajudado na articulação da rede, unindo grupos. Nós aqui no Centro temos com os técnicos. O PAIF vai lá na comunidade e cria esse vínculo de rede (T. PAIF).*

*Os grupos que conseguem se manter, tipo UNIVENS, receberam apoio de “n” entidades, durante um bom tempo. Isso é política pública. A gente tem consciência de que se não tiver o apoio da entidade que cede a sala, vai ser difícil. Isso tem um tempo que é a questão da autonomia mesmo. Precisa dessa coisa continuada. A gente fomenta a autonomia. Começa e ajuda o grupo já pensando em desligar. Política Pública talvez pudesse contribuir traçando uma diretriz (T. AVESOL).*

O desenvolvimento local, parece funcionar como “via de mão-dupla” uma vez que beneficia os grupos e a comunidade:

*Na medida em que o grupo se enxerga como um todo... É um processo individual, Tem pessoas que a gente atende que estão em situação de muita vulnerabilidade e que não conseguem se perceber. Quando começa a se ver parte, olha para sua volta. Pensa que pode fazer uniforme para a escola da vila, cobrando mais barato. Ai entra no Orçamento Participativo, para discutir recurso. Começam a se dar conta da questão dos direitos mesmo. A ação do trabalho desperta organização familiar. Mexe na organização do todo. Tenho*

*agora uma coisa bonita para mostrar para os outros que eu faço. Se eu transformei, os outros também podem transformar (T. AVESOL).*

*O Empreendimento bem sucedido ganha visibilidade na comunidade, que vai apoiar mesmo se ocorrerem dificuldades. A comunidade apóia o grupo. A idéia é extrapolar geração de renda. Através da geração de trabalho e renda pessoas conseguem muitas coisas por meio da forma associativa de se relacionar. Pessoas se conhecem muito mais que em prédios de classe media (T.AVESOL).*

*Desenvolvimento da comunidade local. Tem grupo que tem essa consciência mas tem outros que trabalham mais fechados, não conseguem ver a necessidade de envolver a comunidade. Porque daí as duas partes também ganham. Tem alguns grupos que a gente vê que se envolvem bastante, procuram ter esse contato. Contrapartida até na comercialização, buscar na comunidade espaço que possa auxiliar o grupo, e ao mesmo tempo a comunidade se beneficiar disso que ele vai fazer, o custo vai ser mais baixo (T. AVESOL).*

*No contato com o grupo, se descobriu que outras mulheres sabem fazer outras coisas e elas passaram a ensinar as demais. Uma das coisas que mais movimenta é o tapete e tem quem ensine e elas estão tendo encomendas. Nossa presença tem ajudado para articular elas, que sozinhas não estavam conseguindo. É uma forma de facilitar os contatos (T. PAIF).*

*Quando a gente entra em contato com os grupos a gente vê que já existe essa rede local, embora as pessoas às vezes não se dêem conta disso. Tem que ser potencializada inclusive em função da comercialização (T.AVESOL).*

Em meio a todas essas complexidades e contradições nos resta problematizar, interpretar, inferir, unir os variados pontos, muitos deles ainda alinhavados, mas todos de igual importância para que a peça ganhe forma. Essa é a tarefa executada em nosso próximo capítulo.

## CAPÍTULO 5: CERZINDO PRÁTICAS, COSTURANDO IDÉIAS

*“O “progresso até a civilização”, permitam-me acrescentar, que agora viemos a compreender não como uma realização de tipo único, mas como uma luta diária contínua; uma luta que nunca é plenamente vitoriosa e que provavelmente jamais atingirá a linha de chegada, mas que sempre será estimulada pela esperança da vitória” (Bauman, 2007, p. 105).*

A essa altura, é possível que o leitor esteja pensando que considero Bauman quase um ídolo. Não estaria incorreto pensar assim, pois, realmente, suas discussões me desconcertam e ainda que pareçam um tanto pessimistas para muitos, para mim revelam que é incessante a busca pelo diferente, que ainda é possível, mesmo que esse não seja o discurso da maioria. As mulheres que pude conhecer durante essa pesquisa, em especial, parecem ainda acreditar que um outro mundo pode ser pensado e concretizado, cotidianamente.

Com essa motivação, neste capítulo, promovo o encontro entre a prática e a teoria, numa tentativa de compreensão mais aprofundada do fenômeno social, permitindo inferências relacionadas aos objetivos deste estudo. Tentarei seguir uma linha cronológica pessoal, no sentido da ordem em que as inquietações foram se instalando durante o processo de construção desta dissertação.

Existem, é claro, novidades, mas igualmente “velhices” nos achados deste estudo se comparado à gama de estudos realizados na área da Economia Solidária. Para mim, porém, tudo se constituiu em novidade, pois a análise partirá de um ponto de vista particular sobre o fenômeno que não é único, mas é diferente. Falando em diferente, a diversidade, a pluralidade e a ambivalência parecem permear as práticas e as relações tanto junto às experiências de geração de trabalho e renda, quanto no que se refere aos atores que oferecem alguma assessoria ou acompanhamento, o que confere à interpretação desses dados um

considerável grau de complexidade e a inevitabilidade de múltiplas leituras possíveis. Que venha ela!

### 5.1 Mulheres Guerreiras

O primeiro aspecto que me impactou ao chegar aos locais e que percebo a necessidade de discutir, diz respeito à quase totalidade de mulheres encontradas nas experiências de geração de trabalho e renda pesquisadas. Aqui agreguei o adjetivo “guerreiras” porque entendo que o fato de tentar romper com o que parece inevitável, é um processo que denota muita coragem, deixando clara a necessidade de que batalhas cotidianas sejam travadas.

Penso ser necessário então trazer a questão gênero para a discussão, na medida em que, seja pelo fato das experiências pesquisadas se inserirem no segmento da costura, que culturalmente é dominado por mulheres, seja por outras razões, quase todas as participantes das quatro experiências pertenciam ao gênero feminino.

Em minhas infindáveis leituras, acabei me deparando com o fato de que essa constatação não é nova. Paul Singer (In Mello, Streit e Rovai, 2006) menciona que de fato, em especial nas áreas mais pobres as mulheres se fazem mais presentes que os homens nos empreendimentos solidários. Um dos motivos seria a questão cultural, que coloca o homem no papel daquele que tem o emprego, senão, está desempregado. Já a mulher insere-se com maior facilidade no trabalho informal, por meio de prestação de serviços domésticos de diversas ordens. Singer aponta “maior disponibilidade da mulher” (p. 25), fazendo-a protagonizar com maior facilidade experiências solidárias, de modo que, uma vez que a Economia Solidária não diferencia gênero, configura-se um potencial de redução de desigualdades, permitindo que a emancipação da mulher.

Tiriba (2001) e Prá (2004) acrescentam percepções complementares para o fenômeno. A massiva participação de mulheres pode ser entendida como um movimento de

reconhecimento de que para proteger sua família se faz necessária a mobilização e inserção junto à comunidade. A contrapartida estaria no fato de que as influências decisórias ainda estão aquém do esperado, se comparadas com o tradicional poder masculino.

Quando uno essa constatação ao meu questionamento quanto a possíveis fatores que possam contribuir para que as experiências de geração de trabalho e renda sejam bem sucedidas, reflito quanto à necessidade de potencialização e empoderamento das mulheres nas ações junto às políticas públicas, em especial na assistência social, onde são elas e não os companheiros, via de regra, que acessam os serviços.

Ao mencionar o empoderamento, compartilho com as colocações de Spink (2007) que refere a análise de Friedmann no sentido do processo duplo aí implicado. Comunidade e Estado necessitam andar lado-a-lado. Se uma das faces se caracteriza pela organização popular, a outra necessita contar com um Estado que se posicione na redução de entraves para os acessos, renegociando, portanto, as relações estabelecidas entre os dois atores.

Digo isso porque quando me remetendo às mulheres que se disponibilizaram a dividir parte de suas histórias, recheadas de avanços e retrocessos, não há como não concebê-las como empreendedoras, como líderes. Paula (In Mello, Streit e Rovai, 2006) identifica a “cultura empreendedora” (p. 28) como um dos aspectos necessários para que o desenvolvimento de experiências de geração de trabalho e renda se processe. Na definição do termo, relembra que o mesmo está vinculado a ação por alguém executada. Trata-se de uma iniciativa tal que transforma as idéias em ações, sem esquecer, é claro, da porção cultural relacionada à auto-estima e auto-confiança das pessoas.

Em cada uma das experiências, pode-se identificar alguma(s) mulher(es) com esse perfil de liderança, mesmo que muitas vezes ainda reproduzindo relações trabalhistas clássicas, onde existe concentração de tarefas e funções. Ainda parece haver dificuldades para que as mulheres se apropriem plenamente de seus processos de autogestão. Esperam que

alguém do grupo assuma a “frente” na obtenção de parcerias, elaboração de projetos, participação em atividades externas (seminários, feiras de comercialização) ou mesmo para desempenhar atividades bancárias que, aparentemente poderiam ser de simples execução.

Se pensamos em fatores que contribuam para que a experiência não sucumba a variadas dificuldades que devem ser enfrentadas, saliento, sob forma de inferência, a importância da existência destas pessoas que se tornam referência na tomada de iniciativa e na manutenção da persistência, ainda que sejam inúmeras as possibilidades e riscos de fracasso. Talvez a dificuldade resida na cristalização dos papéis que deveriam circular no grupo, de modo que todos soubessem como fazer tudo.

As experiências da UNIVENS e Mãos Amigas Confecção pareceram se alinhar, de forma mais precisa, com um processo de circulação das informações e responsabilidades. O mesmo não pode ser dito do Grupo Santa Rita, onde a voluntária que iniciou a experiência assume esse papel e na Coopearte que também concentra nas duas entrevistadas as iniciativas mais diversas.

Neste sentido, pensando na atuação do técnico que possa acompanhar tais experiências, me parece que o desenvolvimento de uma consciência crítica deve ser contemplado, a “consciência que liberta” (Guareschi, 2004b, p. 21). Rumo à prática que liberte das relações de dominação, se faz necessário, como diria Freire, citado por Guareschi (2004b, p. 21) *fazer a pergunta que liberta*. Ao invés de fornecer respostas, ditando o rumo das coisas, a pergunta seria o caminho para que os grupos, as pessoas, se questionassem e se mobilizassem para agir. Trata-se de uma oportunidade de reflexão, pensando os motivos de permanência em determinada situação, as razões envolvidas, de modo a possibilitar o planejamento de alternativas para alterar tal situação. Este nos parece ser o espírito que deve mover o agir técnico, sobre o qual discutiremos um pouco mais a seguir.

## 5.2 Exclusão inocente?

Obviamente uso a interrogação como ironia.

As entrevistadas e os técnicos, estes últimos em menor grau, identificaram aspectos que dificultam a constituição e a permanência de experiências de geração de trabalho e renda que se alinham às inúmeras estratégias ideológicas de manutenção da exclusão do sistema econômico vigente.

Achei imprescindível discutir esse aspecto em particular, pela visualização prática, atuando na assistência social, do quanto muitas pessoas nem chegam a tentar se inserir em novas possibilidades, por já estarem convencidas de um fracasso prévio quer porque não se acham capacitadas, quer porque se visualizam velhas demais, negras, pobres e por aí a fora. Percebem-se como limitadas à determinada situação à qual devem se resignar, mesmo porque se acham culpadas, responsáveis por ocupar tal lugar.

Sawaia me auxilia nesse momento a pensar a dialética da exclusão/inclusão. Diz ela:

Nessa concepção, a exclusão perde a ingenuidade e se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social, isto é, no movimento de reconstituição sem cessar de formas de desigualdade, como o processo de mercantilização das coisas, dos homens, e o de concentração de riquezas, os quais se expressam nas mais diversas formas: segregação, apartheid, guerras, miséria, violência legitimada. (In Sawaia, 2004, p. 108)

Se houvesse oportunidade para todos, não haveria como somente alguns concentrarem a maior parte da riqueza. A riqueza, no sistema capitalista e neo-liberal, na verdade, precisa da pobreza para se manter. Considerando os apontamentos feitos, no sentido de auto-responsabilização por suas situações, parece que tal dinâmica não está plenamente consciente às mulheres, a ponto delas criticarem aqueles que necessitam de um retorno financeiro imediato e que acabam desistindo pelo meio do caminho. Veronese e Guareschi (2005) falam a este respeito: “A percepção de si como inferior e incapaz acaba dando margem às



desistências de ser sujeito da gestão do empreendimento e de produzir a gestão compartilhada, ou autogestão”. (p. 66).

Novamente recorro à Sawaia (In Sawaia, 2004) para dar andamento às minhas reflexões quando fala do “potencial de ação” (p. 113). Partindo das ações junto a moradores de rua, a autora sugere que a “práxis psicossocial, (...) deve preocupar-se com o fortalecimento da legitimidade social de cada um pelo exercício da legitimidade individual, alimentando “bons encontros”, com profundidade emocional e continuidade no tempo, mas atuando no presente” (p. 115).

Tanto as mulheres quanto os técnicos mencionaram as dificuldades encontradas, por exemplo, no que concerne ao relacionamento interpessoal dentro dos grupos, sendo considerado importante foco de assessoramento técnico. Na verdade, o relacionamento interpessoal é apontado de forma contraditória. Se por um lado é identificado como fator que contribui e motiva a permanência nos empreendimentos, por outro lado, as dificuldades geradas também tem como conseqüências a desistência, a dificuldade de comunicação de dar e receber críticas e os conflitos devido às diferentes opiniões, percepções, enfim, às diferentes pessoas que se reúnem para um mesmo objetivo.

Falando desse coletivo, usando as postulações de Espinosa, Sawaia (2004) refere o quanto a realização dos homens não é solitária, mas coletiva, na presença de outros, de modo que todos podem se beneficiar de uma coletividade organizada sendo essa “mais poderosa do que o contatus individual, e o coletivo é produto do consentimento e não pacto ou contrato” (p. 116). A união no alcance de objetivos comuns, como o êxito da experiência de geração de trabalho e renda, deve ser, portanto potencializada.

Paula (In Mello, Streit e Rovai, 2006) menciona que o *capital humano e social*, este último concebido como uma mistura de “confiança, cooperação e organização” (p. 29) igualmente são fatores que contribuem para o desenvolvimento de experiências de geração de

trabalho e renda. O saber popular parece também já ter identificado isso, na medida em que as oito entrevistadas apontaram que a convivência com seus pares é um dos principais motivos que as fazem permanecer vinculadas ao empreendimento. Da mesma forma, também identificam as limitações decorrentes da falta de qualificação, reforçando a importância de um capital humano devidamente instrumentalizado para dar conta das exigências do mercado. É óbvio que as relações ainda são permeadas por divergências, porém o próprio grupo tenta lançar mão de mecanismos para resolver seus conflitos.

Não há como não refletir, no entanto, a respeito dos “entremeios” da relação que une os grupos, pois parece que o tipo de relação que deve estabelecer-se no empreendimento solidário, primando pelo associativismo, pelo protagonismo coletivo, eu diria, não é o tipo de relação hegemônica. É como se houvesse a necessidade de mudança de paradigma em termos da forma de se relacionar, situação esta complicada em qualquer nível social.

Guimarães, Maciel e Eidelwein (2007) reforçam o desafio implícito às mudanças de relação que necessitam ser postas em prática na proposta solidária, e que penso ser um dos fatores que contribuem para que o empreendimento se desenvolva e se mantenha:

Trabalhar dentro dessa perspectiva implica (des)construir relações interpessoais, educativas, sociais e econômicas dentro de uma lógica diferente das relações instituídas ao longo da sociedade capitalista. O desafio de voltar-se para os interesses coletivos sem anular os sujeitos singulares, a partir de relações de reciprocidade e mutualidade, implica mudança na visão de mundo dos sujeitos que se inserem nesses espaços. (p.8).

Ainda em relação ao *capital humano e social*, mencionado anteriormente, outro aspecto relevante diz respeito à aparente reprodução da ideologia dominante no que diz respeito a legitimação e naturalização da oferta restrita e acessível a uma parcela que supostamente “faz por merecer” este retorno. Quando algumas das mulheres apontaram que existem aqueles desinteressados, que não se esforçam para alcançar seus objetivos e que por

tal motivo não conseguem alterar sua condição social, mascara-se a exclusão gerada pelo sistema sócio-econômico que, muitas vezes independe do esforço dos indivíduos.

Guareschi (2004a) denomina este fenômeno de culpabilização, sendo esta uma estratégia que mantém o sistema em funcionamento, uma vez que responsabiliza os excluídos por seus fracassos, os quais se convencem de tal fato. O excluído vitimiza-se duplamente, visto que se torna bode expiatório da marginalização. “O culpado não é o sistema, baseado em relações excludentes, que faz milhões de pobres. Não existe, dentro da ideologia liberal, espaço para o social” (p. 154).

Ponto como um dos desafios centrais junto às experiências de geração de trabalho e renda, a mudança da lógica capitalista–globalizante hegemônica, no sentido de que os participantes criticamente estejam conscientes do que lhes cabe, e do que têm direito e dever, sem concentrar as decisões e ações em uma única pessoa, mesmo porque este não é o foco da Economia Solidária, ou de organizações, mas também sem se culpabilizar pelos fracassos que possam ocorrer pelo caminho.

Mais uma vez identifico uma contradição. Se por um lado se faz necessário um desvelamento do que chamei de Bastidores da Exclusão, no intuito de que a dinâmica do sistema hegemônico excludente venha a tona, por outro lado, há de se pensar em formas, e aí o assessoramento técnico parece chamado a agir, no sentido de contribuir para que a ação em reação a esta realidade, que não é imutável, se processe dentro de experiências de geração de trabalho e renda, sem que se trate de um processo imposto, “de fora para dentro”.

Sendo assim, qual é o limite entre intervir e se intrometer no desenvolvimento do “potencial de ação” que falamos anteriormente? Diante de tal questionamento, uno a esta discussão a questão da autonomia, uma vez que transpor a tênue linha entre a autonomia e a dependência foi, de fato, um dos aspectos que mais me conduziu a refletir a partir deste

estudo, quer sobre o prisma dos técnicos que assessoram experiências de geração de trabalho e renda, quer sob a ótica das participantes das mesmas.

A autonomia deveria ser um dos princípios básicos a ser desenvolvido em experiências solidárias, mas acaba sendo uma verdadeira “faca de dois gumes” tanto para o grupo, quanto para as entidades que os apóiam. Para alcançar a autonomia efetiva, inúmeras demandas necessitam ser satisfeitas, sendo que cada grupo tem um caminhar e uma história diferenciada para supri-las. Neste estudo, por exemplo, as experiências aqui pesquisadas enfrentam dificuldades para alcançar a autonomia, ainda que no discurso, a exemplo da UNIVENS, defenda a busca da mesma. Permanecem dependendo do agenciamento, da parceria via responsabilidade social, como o caso do Wall Mart, da Cooperativa Mãos Amigas Confeção, entre outras formas de dependência. De fato, faz-se necessário problematizar a autonomia e a autogestão de modo a não reproduzir uma visão idealizada.

Ainda em relação à autonomia, no tocante aos técnicos que acompanham as experiências que foram objeto deste estudo, novamente tem-se um desafio ambíguo, em especial quando nos referimos às iniciativas que aqui se vincularam à interface governamental e não-governamental. Tal ambigüidade foi identificada por Icaza (In Gaiger 2004) que reflete o quanto as organizações de um lado buscam executar ações baseadas no discurso da autonomia, mas por outro “acabam suprimindo as dificuldades de organização destes, ficando o trabalho de articulação por conta dessas entidades, que dispõem de recursos e tempo para tanto” (p. 32).

Problematizando a situação, penso que parece ser necessário que o próprio técnico rompa com a lógica da dependência e da superioridade do saber, de modo a desenvolver sua ação, estimulando de fato o protagonismo, a autonomia do grupo. Essa tarefa, demanda, no mínimo, muita reflexão, auto-crítica e contextualização dos fatores visíveis e invisíveis implicados nas experiências.

Chamo de fatores visíveis as carências concretas que dificultam o processo de constituição e andamento de uma experiência de geração de trabalho e renda e que foram aqui apontados pelas entrevistadas, como reais entraves a serem superados, e que, obviamente, enquanto não forem atendidos dificultarão a autonomia do grupo. Seria perverso e ilógico esperar o êxito de uma experiência que não disponha de um local físico mínimo, de maquinário e materiais específicos, de locais para comercializar suas produções. Já por fatores invisíveis, me refiro ao que não está dito: como os preconceitos, a dificuldade de rompimento da lógica capitalista hegemônica, de dependência e dominação, a dificuldade de romper com a ideologia da incapacidade do pobre.

Ao que tudo indica, não há como pensar a autonomia ou qualquer outra característica esperada em uma experiência solidária, sem olhar para a história, para as motivações e circunstâncias que operaram no momento de surgimento da experiência. Ainda que tal contextualização tenha sido breve nesta pesquisa, parece clara a diferenciação entre a UNIVENS, onde a iniciativa de constituição partiu da comunidade e o Grupo Santa Rita de Cássia que emergiu vinculado ao assistencialismo da doação de leite, pela iniciativa de uma voluntária que conhecia a comunidade, estava disposta a auxiliá-la, mas não vivenciava efetivamente as problemáticas lá perpetradas. Icaza (In Gaiger, 2004) reforça tal percepção sugerindo que “a trajetória de formação do grupo, o contexto local em que se desenvolve e as organizações que lhe servem de referência são fundamentais para compreender os avanços e limites” (p. 42).

A particularidade de cada história, do início das experiências de geração de trabalho e renda aqui analisadas, remetem, portanto a motivações variadas. Se houve iniciativas, a exemplo da UNIVENS e Coopearte, que começaram suas atividades, graças ao desejo transformado em ação, emergido da base, também houve iniciativas que seguiram sugestão externa, como no caso do Grupo Santa Rita, vinculado ao recebimento do leite, ou na Mãos

Amigas Confecção, emergente dentro de uma instituição não-governamental, o CESMAR. Sobre esse surgimento, Tiriba (2001) assinala que o movimento se inicia com a necessidade, sendo posterior a expectativa de que o empreendimento possa ser viável economicamente. Me pergunto, no entanto, se posso de fato considerar que houve o reconhecimento desta necessidade em todas as experiências, ou se ainda a permanência e participação na experiência, para alguns casos, está atrelada à manutenção do recebimento de algo, seja o leite, seja a bolsa auxílio, seja uma vale-transporte.

Volto assim a refletir sobre colocações feitas na introdução desta dissertação, quando em minha prática profissional eu me deparava com a dificuldade de implicação pessoal do grupo com quem tive maior contato, sem que aqui eu esteja emitindo juízo de valor nesse sentido. Talvez em momento algum aquelas pessoas tenham sido ouvidas em termos de motivação, do que gostariam de produzir, do que pensavam ser necessário, do que achavam que estavam fazendo lá. Assim como ocorre no Grupo Santa Rita de Cássia aqui representado, o comparecimento parece vinculado ao recebimento da lata de leite ou à permanência da vinculação com a bolsa assistencial, e nada mais, para grande parte dos participantes.

É verdade que apontei no corpo do texto que não foram identificadas diferenciações expressivas nas experiências acompanhadas prioritariamente por agentes não-governamentais daquelas em que o acompanhamento se dá pela parceria governamental e não-governamental. Contudo, não há como negar que foi possível verificar que tanto os empreendimentos quanto os técnicos desta última parecem se pautar em um paradigma ainda muito vinculado ao assistencialismo, dificultando o desenvolvimento de princípios efetivamente solidários.

### 5.3 Transposição de Barreiras e formação de redes

Paula (In Mello, Streit e Rovai, 2006) relaciona o *capital produtivo* como fator que influencia no desenvolvimento, sendo este compreendido como marketing, acesso à comercialização, formas de distribuição, entre outros. As experiências aqui estudadas denunciaram as dificuldades emergentes, de forma especial da comercialização, uma vez que os poucos locais disponíveis são disputados de forma acirrada, sendo que a oferta não atende a procura dos empreendimentos.

A Primeira Plenária de Economia Solidária brasileira, ocorrida em 2002, já havia lançado mão de um documento expondo uma plataforma de políticas públicas em termos do desenvolvimento e fortalecimentos das práticas da ES. Discussões tecidas naquele momento contemplavam a necessidade de formação de redes de produção, facilitando a comercialização, de ampliação de repasse de verbas públicas para financiamento de iniciativas de geração de trabalho e renda, bem como para entidades que ofereçam assessoria a tais iniciativas, além da necessidade de fomentar a democratização do conhecimento e tecnologia, por meio de parcerias com Universidades, que auxiliassem na capacitação. (Pedó, 2003).

As mulheres aqui entrevistadas, cinco anos após, permanecem falando que enfrentam expressivas dificuldades pela falta de recurso que atravessa a precariedade de uma sede para funcionamento, a falta de materiais e maquinários, os desafios na comercialização, as dificuldades internas em termos de capacitação, seja ela em nível de produção ou em nível de relação. Desse modo, me parece imperioso que como profissionais atuantes no campo social, possamos nos questionar por onde começar a assessoria técnica a fim de auxiliar para que as experiências de geração de trabalho e renda sejam exitosas. Será que estamos no caminho certo?

Gaiger (2004), um dos autores de referência em Economia Solidária, faz um convite a que estudos empíricos explorem o quanto empreendimentos solidários alcançam êxito na

medida em que se vinculam “a circunstâncias e fatores cujo efeito positivo decorre proporcionalmente do caráter autogestionário e cooperativo por eles incorporado” (p. 12). Logo fiquei pensando se eu poderia concordar ou não com tal instigação, considerando os dados que aqui obtive.

O que me parece, é que, tão complexa quanto a constituição do empreendimento é a compreensão de possíveis fatores que possam torná-lo bem sucedido, minha proposta essencial de trabalho. Isso porque existem múltiplas implicações, muitas vezes nem mesmo reconhecidas e identificadas pelos próprios grupos, que influenciam diretamente no processo de surgimento e manutenção das experiências. A essa altura, inclusive, se me solicitassem resumir em um vocábulo os achados desta pesquisa, certamente eu escolheria a palavra “contradição”, diante de tantas ambigüidades identificadas, que, provavelmente são um grande desafio quando se pensa no êxito das experiências.

A transposição dos obstáculos aqui trazidos impele o técnico, o gestor público a alterar o paradigma, seja na elaboração ou na execução das políticas públicas, pensando o fenômeno a partir do prisma da comunidade, sendo que a ambivalência implícita nesta mudança parece ampliar o espectro do desafio.

Nessa contínua construção, a constituição de redes tem se revelado como uma alternativa para superar as inúmeras dificuldades, devendo, portanto, ser expandida. Tal proposta encontra consonância nos apontamentos de Paul Singer (2006), quando este sugere a necessidade da criação de “cadeias solidárias” (p. 18), de modo que, conjuntamente, as empresas de auto-gestão, mesmo de setores diferentes possam superar dificuldades de crédito, produção e comercialização.

Alinhando-se a tal proposta, uma das estratégias desenvolvidas pelos técnicos da AVESOL, por exemplo, e que parece ser uma resposta aos desafios encontrados na Economia Solidária, constitui-se na formação de redes por segmento de trabalho, por meio das quais as



experiências de geração de trabalho e renda de determinado segmento se reúnem, afim de que possam construir uma rede ampla, facilitando a comercialização, compra de materiais, etc.

Além disso, concebendo a rede, como um emaranhado de conexões, parece mais fácil pensar a dificuldade de delimitar, por exemplo, os apoiadores dos empreendimentos solidários estudados, sendo comum e necessário que o apoio advenha de fontes diversas. Motta (2004) postula que a complexidade dessas conexões e a impossibilidade de estabelecer os limites da ES são uma das características que a tornam um mundo peculiar.

Cito aqui a Cooperativa UNIVENS, como uma das que mais me chamou a atenção neste estudo, sendo referência como experiência bem sucedida em Economia Solidária, ponto este inclusive salientado pelas próprias cooperativadas que referiram que já foi foco de muitos estudos (Andrada, 2005), bem como de visitas de outras iniciativas solidárias que as tem como modelo. Uma das principais estratégias desenvolvidas está na busca de parcerias. Seja com agentes governamentais, seja com não-governamentais, seja em nível municipal, estadual, nacional ou mesmo internacional. A Cooperativa, especialmente representada pela pessoa responsável atualmente pela presidência, a qual foi entrevistada neste estudo, propõe-se a constituir parcerias de trabalho, no maior número possível.

#### 5.4 Particularidades das assessorias

Uma das propostas iniciais deste trabalho era identificar a forma como em especial a Psicologia pode contribuir em experiências de geração de trabalho e renda. Entre particularidades e multiplicidades, nossa idéia essencial, reforçada a partir desta dissertação é de complementaridade e reconhecimento do saber da comunidade.

Motta (2004, p. 43) identifica três categorias de profissionais atuantes na ES: o empreendedor, o assessor e o gestor público, sem que tais categorias sejam fixas, uma vez

que uma mesma pessoa pode se identificar com mais de uma função. A autora também fala do caráter ambivalente da atuação do profissional, uma vez que se trata de espaços sociais de certa maneira autônomos.

Como empreendedores, a autora refere-se aos trabalhadores dos empreendimentos. Falando dos assessores, categoria em que se pode inserir os técnicos que participaram desta pesquisa, os identifica como “aqueles que atuam através de assistência ao empreendimentos, como os profissionais das ONGS e Universidades que prestam serviços de formação profissional, assessoria jurídica e incubagem”(p. 38). O auxílio e a assistência prestados não podem, segundo a mesma, ignorar o fato de que os empreendimentos são a centralidade e de que a ação está disponível às demandas dos empreendedores. Já por gestores públicos, refere-se aos profissionais atuantes nas esferas governamentais, cuja atividade se relaciona a programas de ES, e cuja participação é reconhecida como ambivalente, uma vez que ao se buscar a autonomia, existe o receio de que a burocracia estatal seja ameaçadora, ainda que seja assinalada a importância do reconhecimento do Estado.

Entendo ter sido um privilégio poder acessar técnicos de três áreas diferenciadas para expor sobre acompanhamento prestado. Isso porque ficou reforçada a idéia da obviedade da necessidade de um trabalho multiprofissional, de modo que os atravessamentos das variadas áreas observáveis nos empreendimentos solidários, sejam contemplados. E nessa construção, nos parece que todos enfrentam desafios e contradições diárias, típicos de uma nova construção prática, pautada em princípios diferenciados. Como deixar de ser assistencialista, individualista e dirigir-se para a autonomia e como usar o saber científico sem reproduzir relações de dominação? Eis o desafio de uma constante busca, uma construção dialógica que pressupõe a necessidade de que se desconstrua a idéia de que existe um lugar ideal, uma forma perfeita, existe uma possível forma, contextualizada em determinada comunidade, em um determinado momento histórico.

Neste sentido, corroboro com os apontamentos Spink (2007, p. 326-327):

A disposição de buscar ativamente a presença da comunidade na identificação e na co-gestão de soluções pode não representar uma revolução, mas pelo menos é um movimento em direção ao outro, um espaço novo que está sendo construído, uma janela de oportunidade que se abre. Cada vez mais os psicólogos estão saindo de suas inserções tradicionais e atuando na implementação das políticas públicas diretamente nos horizontes do dia a dia.

A Psicologia parece ter sua contribuição específica, que neste estudo foi priorizada pelos técnicos em termos do auxílio na resolução de conflitos de ordem de relacionamento interpessoal, o que já havia sido apontado em estudo anterior dentro de tal realidade (Fávero e Eidelwein, 2004). No entanto, por si só, a intervenção parece perder a eficácia se não for oferecida conjuntamente com assessoria em termos de gestão de produtos, e outros aspectos referenciados neste estudo, ou seja, a partir da identificação contextualizada, no dia-a-dia, de fatores amplos que influenciam no andamento da experiência de geração de trabalho e renda.

Compartilha-se, portanto, com os apontamentos de Coutinho Et. al (2005) quando refletem que a Psicologia pode ser válida em diversos aspectos na consolidação de empreendimentos solidários, atuando “seja com a organização como um todo, seja com cada trabalhador” (p. 9), “sendo de significativa importância na medida em que possibilita resgatar, escutar as experiências dos trabalhadores, seus sofrimentos, seu dia-a-dia dentro deste contexto excludente do mundo globalizado” (p. 7). Veronese e Guareschi (2005) no espectro da Psicologia Social Crítica do Trabalho sugerem intervenções em termos “das transformações da subjetividade, na micro-política das relações laborais” (p. 66).

Na seqüência de suas colocações, Coutinho Et. al (2005) apontam o quanto os métodos tradicionais da Psicologia Organizacional não contemplam a realidade em questão. A necessidade apontada diz respeito ao “desenvolvimento de metodologias oriundas da psicologia comunitária e centradas nos processos grupais” (p. 20). A atuação no processo grupal refere-se ao fortalecimentos dos laços coletivos, auxiliando o grupo a estruturar-se

como tal, o que é visto como possibilidade de construção solidária para superar as dificuldades de opressão, desigualdade e injustiça.

De modo geral e conclusivo, penso eu que as práticas de assessoria devem partir de um pressuposto básico qual seja o reconhecimento e a legitimidade do saber do outro, não como inferior, mas como diferente e circunscrito a um local específico. Ancoro meus pensamentos em Jovchelovitch (2004) em termos da necessidade reconhecer que a comunidade produz saberes sobre si e sobre os outros, no que concerne questões importantes para seus cotidianos. Embora a autora fale especificamente do Psicólogo Social eu ampliaria para todo o técnico que atua em experiências de geração de trabalho e renda as indagações quanto às possibilidades de se comunicar diferentes tipos de saber, sem reproduzir a opressão e a exclusão, pluralidade essa que deve ser tratada na sua historicidade e realizada socialmente. Se nos despirmos da assimetria de saberes, talvez consigamos nos direcionar a práticas críticas e emancipatórias. Dentro desse contexto, talvez fique mais fácil, por exemplo, entender que existirá momentos em que o grupo vai caminhar com suas próprias pernas, com seus próprios saberes, sem que necessite da presença de um técnico.

Sendo assim, com a certeza da impossibilidade da exploração plena desses achados, vou me despedindo, para fechamento de mais um processo que não finda, mas começa em meio a tantos desvelamentos.

## CAPÍTULO 6: SERIGRAFANDO AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo.”*

*PAULO FREIRE*

Nessas “andanças” descobri que a serigrafia é processo final executado nas experiências de geração de trabalho e renda que deram vida a esta pesquisa.

A idéia de trazê-la para esse fechamento é pelo significado que comporta. Através dela se imprime uma marca, se identifica, se diferencia. Esses foram processos pelos quais passei e permaneço vivenciando após a realização desta pesquisa. Cada instituição, cada dificuldade enfrentada, cada desafio, as perspectivas futuras, todos esses aspectos e muitos que ainda não consegui digerir plenamente, deixaram marcas em meu pensar e, principalmente em meu fazer, mesmo que repleto de contradições.

Bem diz Jovchelovitch (2004) que a Psicologia Social é a ciência do “entre”, referindo-se à zona que comporta as relações entre indivíduo e sociedade, sendo sua especificidade “é teorizar espaços de mediação que residem na contradição e coexistências de opostos” (p. 21). Este foi um processo ao encontro desse “entre”, de modo que não poderia se esperar que as contradições não o acompanhassem.

A idéia comumente presente de que a comunidade é “sábia”, foi ilustrada por este estudo, na medida em que mesmo frente a inúmeras dificuldades que poderiam conduzir ao fracasso, a persistência venceu a batalha, de modo que não há como não conceber essas mulheres como vencedoras.

Não pretendo ser irresponsável oferecendo listagem de ingredientes que resultem em receita de sucesso porque aprendi, no decorrer deste longo e árduo percurso, a valorizar a importância do processo em detrimento aos resultados, pois avaliar uma experiência bem sucedida, no contexto da Economia Solidária, em meio a tantas complexidades, é no mínimo um desafio. Os critérios que previamente assinali, no sentido da efetiva geração de renda e um tempo de existência superior a um ano, não deixam de ser pertinentes. Contudo, mesmo as experiências pesquisadas que ainda geram renda mínima, eu diria, ou seja, renda que dá para sua manutenção, sem que as participantes possam se sustentar plenamente com os rendimentos, se consideram bem sucedidos, se traçar um comparativo entre seu início e sua condição atual. Quem seria eu para duvidar disso. Parece que persiste sim o desejo de usufruir de direitos trabalhistas, contudo, outras vantagens são identificadas, a exemplo da liberdade de horário, da convivência diferenciada com o grupo e com a família, entre outros.

Se, parte de minhas inquietações iniciais, se situavam em questionamentos quanto ao formato do acompanhamento que poderia ser oferecido aos empreendimentos, atualmente só tenho a reforçar a idéia de que cada empreendimento será um novo desafio a ser pensado e de que a realidade com a qual me deparei lá em 2004 é um a pequena fatia de um amplo fenômeno que vem sendo desvendado e conhecido gradualmente.

Um dos princípios que reforço a partir desse estudo é a necessidade de ir a campo para identificar as demandas da comunidade, nesse caso em relação às carências vivenciadas em empreendimentos solidários de modo a saciá-las para que exista maior possibilidade de que os mesmos sejam bem sucedidos. Diante da falta de espaço físico adequado, maquinário específico, local para comercialização não há como um empreendimento manter-se, sendo estes aspectos aqui identificados pelas mulheres entrevistadas.

Por um lado, sinto-me contentada em meus objetivos, uma vez que pude problematizar um assunto que vem ocupando, de forma crescente, espaços de discussão na

Psicologia, Sociologia, entre outros campos de estudo e que, muitas vezes, sem nos dar-mos conta, reproduzimos os fracassos que criticamos. Daí a constatação que para contribuirmos para que a mudança de lógica se processe, rumo à conscientização crítica de todas as relações que definem o sistema econômico social vigente, precisamos alterar nossa própria lógica de intervenção, aproximando-nos da experiência para produzir conhecimento.

E quando nos lançamos à experiência, igualmente se faz necessário romper o narcisismo que sustenta muitas práticas da Psicologia, de modo a ampliar a intervenção por meio da interlocução com outras áreas de estudo que complementam as lacunas de compreensão deixadas pelas teorias psicológicas. São bem vindas contribuições da Sociologia, Administração, Filosofia, entre outros.

Finalizo este estudo com uma “pulga atrás da orelha”, no que diz respeito ao papel do Estado na contemporaneidade, uma vez que o discurso é de que o mesmo deve ser o “articulador“ das políticas públicas, buscando constituir parcerias de trabalho em especial com a sociedade civil e com empresas privadas. Embora não tenha respostas, penso até que ponto tal discurso não encobre uma desresponsabilização crescente do Estado.

Não posso deixar de dizer, é claro, que se trata de um estudo permeado por limitações de tempo e espaço. Há um momento em que percebemos que os vinte e quatro meses são insuficientes para percorrer todas as nuances que envolvem o fenômeno. Neste sentido, sugiro a ampliação do campo de estudo para uma pesquisa futura. Se aqui, intencionalmente, concentrei minha busca de dados junto à assistência social, valeria igualmente pesquisar iniciativas de geração de trabalho e renda que venham sendo desenvolvidas e incentivadas em outros espaços.

Despeço-me com o sentimento de tarefa, em parte, cumprida e com a certeza de que tudo é processo: dinâmico, incompleto, infindável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alayón, N. (1995). Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? São Paulo: Cortez.

Andrada, C. F. (2005). O encontro da política com o trabalho: história e repercussão da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo: Brasil.

Bauer, M. W., Gaskell, G. (2002). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Petrópolis: Vozes.

Bauman, Z. (2003). Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bauman, Z. (2005). Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Bauman, Z. (2007). Vida Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Campos, H. K. T. (2006). Articulação e integração das ações para gerar trabalho e renda. In: Mello, C.; Streit, J.; Rovai, R. (Orgs). Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil. (pp. 35-42). São Paulo: Publisher Brasil.

Cardoso, M. L. (1999). Ideologia da globalização e (des) caminhos da ciência social. In: Gentili, P. Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova rodem mundial. Petrópolis: Vozes.



Carvalho, M. L. (2007). Economia de Comunhão: Representações Sociais e Ideologia de uma Nova Proposta de Responsabilidade Social. Tese de Doutorado em Psicologia Social e da Personalidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Castel, R. (2003). As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.

Cattani, A. D. (Org) (2003). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores.

Coutinho, M. C., Beiras, A., Picinin, D., Lückmann, G. L. (2005). Novos Caminhos, cooperação e solidariedade: A Psicologia em empreendimentos solidários. Psicologia & Sociedade. 17 (1): 17-28.

FASC (2004). Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF - Projeto Técnico Centro de Referência da Assistência Social.

Fávero, E., Eidelwein, K. (2004). Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des) encontros. Psicologia & Sociedade. 3 (16), 35-40.

Freitas, M. de F. Q. (2007). Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In: Jacó -Vilela, A. M. , Sato, L. (Orgs.) Diálogos em Psicologia Social. (pp. 329-341). Porto Alegre:Evangraf.

Icaza, A. M. S. (2004). Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: Gaiger, L. I. (Org). Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil. (pp. 17-53). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gaiger, L. I. (1999). O trabalho ao centro da economia Popular Solidária. Caxambu, XXIII. Encontro Anual da ANPOCS.

Gaiger, L. I. (2000). As Organizações do Terceiro Setor e a Economia Popular Solidária. Disponível on-line: <http://www.ecosol.org.br/txt/tersetor.doc>.

Gaiger, L. I. (2004). Apresentação. In: Gaiger, L. I. (Org). Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil. (pp. 7-15). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Guareschi, P. A. (2007). O que é mesmo Psicologia Social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. In: Jacó -Vilela, A. M. ; Sato, L. (Orgs.) Diálogos em Psicologia Social. (pp. 37-52). Porto Alegre: Evangraf.

Guareschi, P. A. (2004a). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: Sawaia, B. (Org). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. (pp. 141-156). Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. A. (2004b). Psicologia Social Crítica como prática de libertação. Porto Alegre: Edipucrs.

Guimarães, G. T. D (2002). Entidades Assistenciais: rede de serviços para a constituição de uma política de assistência social. Porto Alegre: Edipucrs.

Guimarães, G. T. D.; Maciel, C.; Eidelwein, K. (2007). Transformações no mundo do trabalho, Economia Solidária e sua relação com incubadoras sociais. Revista Virtual Textos & Contextos. nº. 7. Jul.

Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia social, saber, comunidade e cultura. Psicologia & Sociedade. 16 (2), 20-31.

Kassouf, A. L., Nunes de A. A., Pontili, R. M., Rodrigues, F. A. (2004). Análise das políticas e programas sociais no Brasil. Brasília: OIT/ Programa IPEC (Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil). Disponível on-line: [http://www.oit.org.pe/ippec/boletin/documentos/pol\\_soc\\_br.pdf](http://www.oit.org.pe/ippec/boletin/documentos/pol_soc_br.pdf).

Montaño, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Moraes, M. L. (2000). A análise de conteúdo na leitura e interpretação do discurso grupal. In Scarparo, H. (Ed.), Psicologia e Pesquisa: perspectivas metodológicas. (pp.87-96). Porto Alegre: Sulina.

Motta, E., de S., M., G. (2004). ‘A Outra Economia’: um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Paula, J. de. (2006). Parcerias para o desenvolvimento. In: Mello, C.; Streit, J.; Rovai, R. (Orgs). Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil. (pp. 26-34). São Paulo: Publisher Brasil.

Pedó, J. C. J. (2003). Economia Solidária: rumos de uma alternativa às transformações do mundo do trabalho e da questão social. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Pinto, J. R. L. (2006). Economia Solidária: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS

Prá, J. R. (2004). Gênero, Cidadania e Participação na Esfera Pública. In: Carvalho, M. J. S., Rocha, C. M. F. (Orgs). Produzindo gênero. Porto Alegre: Sulina.

Rocha, K. B., Sarriera, J. C. Pizzinato, A. (2004). Significado do trabalho e valores organizacionais. In: Sarriera, J.; Rocha, K. B., Pizzinato, A. (Orgs). Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças. (pp. 115-134). Porto Alegre: Edipucrs.

Sawaia, B. (2004). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B. (Org). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. (pp. 97-118). Petrópolis: Vozes.

Secretaria Nacional da Economia Solidária. Relatório do Levantamento Nacional de Empreendimentos Solidários - 2007. Disponível no site: <http://www.mtb.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>

Singer, P. (2001). A Economia Solidária. Teoria e Debate, 47. Texto disponível on-line: <http://www.fpa.org.br/td/td47/td47.htm>

Singer, P. (2003). Economia Solidária. In; Cattani, A. D. (Org.) A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores.

Singer, P. (2004). Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados. 18 (51). P. 7-22.

Singer, P. (2006). O desafio é criar cadeias solidárias. In: Mello, C.; Streit, J.; Rovai, R. (Orgs). Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil. (pp. 18-25). São Paulo: Publisher Brasil.

Spink, P. K. (2007). Processos organizativos e ação pública: as possibilidades emancipatórias do lugar. In: Jacó -Vilela, A. M. , Sato, L. (Orgs.) Diálogos em Psicologia Social. (pp. 315-328). Porto Alegre:Evangraf.

Tiriba, L. (2001). Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Ed. UNIJUI.

Turato, E. R. (2005) Métodos Qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Revista Saúde Pública, 39 (3); 507 – 514.

Veronese, M. (2004). A Psicologia na transição paradigmática: um estudo sobre o trabalho na Economia Solidária. Tese de Doutorado em Psicologia Social e da Personalidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Veronese, M., Guareschi, P. (2005). Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. Psicologia & Sociedade, 17 (2), 58-69.

Wanderley, M. B. (2004). Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Sawaia, Bader (Org). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. (pp. 16-26).

Petrópolis: Vozes.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante:

Sou estudante do Curso de Pós-Graduação na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa supervisionada pelo professor Pedrinho Guareschi que objetiva conhecer projetos de geração de trabalho e renda, de âmbito não governamental e governamental em parceria com não-governamental implementados na cidade de Porto Alegre.

Sua participação se fará por meio uma entrevista, com duração média de uma hora, que, se você permitir, será gravada, para ser posteriormente transcrita.

A participação nesse estudo é voluntária e caso você decida não participar ou deseje desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo, sem nenhum prejuízo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo inexistindo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (s) pesquisador (es) fone (51) 99471491 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, fone: 3320 3345.

Atenciosamente,

---

Lívia D. W. de Almeida  
Pesquisadora  
Matrícula RG 1070119795

---

Pedrinho Arcides Guareschi  
Professor Orientador  
RG: 3004881953

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento

---

Nome e assinatura do participante

---

Local e data

**ANEXO 2 – CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA  
PUCRS**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL,  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP - PUCRS



Ofício 1418/06-CEP

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2006.

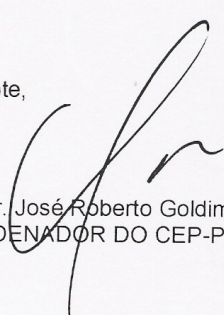
Senhor(a) Pesquisador(a):

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS  
apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa, registro CEP 06/03472, intitulado:  
**“Programas de geração de trabalho e renda na cidade de Porto Alegre:  
pontos críticos na sua execução”.**

Sua investigação está autorizada a partir da  
presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser  
encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

  
Prof. Dr. José Roberto Goldim  
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)  
Prof Pedrinho Arcides Guareschi  
N/Universidade



### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

A447g Almeida, Livia Disconsi Wolitz de  
Geração de trabalho e renda : “remando contra a maré” / Livia  
Disconsi Wolitz de Almeida. — Porto Alegre, 2008.  
120 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Psicologia. Programa  
de Pós-Graduação Psicologia. PUCRS, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi

1. Psicologia Social. 2. Políticas Públicas 3. Exclusão Social.  
4. Representação Social. I. Título.

CDD : 301.1

**Bibliotecário Responsável**  
Ginamara Lima Jacques Pinto  
CRB 10/1204